

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Rio de Janeiro, 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das DN TCU Nº 119/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012 e das orientações constantes da Portaria CGU nº 133/2013.

Rio de Janeiro, 2013.

SUMÁRIO

Sumário

I - INTRODUÇÃO	7
1. Identificação e atributos da UJ	10
1.1. Relatório de Gestão Individual	10
1.2.Finalidade e competências institucionais.....	11
1.3.Organograma funcional	15
1.4.Macroprocessos finalísticos	16
1.5.Macroprocessos de apoio	16
1.6.Principais parceiros	17
II – DESENVOLVIMENTO	17
2. Planejamento estratégico da UJ	17
2.1. Plano de Desenvolvimento Institucional	17
2.1.1. Período de abrangência	17
2.1.2. Vinculação do PDI com as competências institucionais	17
2.1.3. Vinculação do PDI com o PPA	18
2.1.3.1.Programas temáticos	19
2.1.3.2.Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado	22
2.1.4. Contexto de planejamento estratégico	22
2.1.5. Objetivos estratégicos para 2012 e plano de ação.....	24
2.2.Estratégias de atuação.....	31
2.3.Execução do Plano de Ação	33
2.4.Indicadores	
3. Estrutura de governança e autocontrole da gestão	67
4. Programação e execução orçamentária e financeira.....	69
4.1.Programas de responsabilidade da UJ.....	69
4.2.Ações de responsabilidade da UJ.....	69
4.3.Execução orçamentária e financeira.....	69
4.3.1. Identificação da UO	75
4.3.2. Programação de despesas correntes, de capital e de reserva de contingência.....	75
4.3.3. Limites impostos por cronograma de desembolso.....	77
4.3.4. Movimentação de crédito interna e externa.....	78
4.3.5. Execução de despesas.....	79
5. Tópicos especiais de execução orçamentária e financeira.....	86
5.1.Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos	86
5.2.Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	86
5.3.Transferências de recursos	87
5.4.Suprimentos de fundos e cartões	90
6. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados.....	92
6.1.Estrutura de pessoal da UJ.....	92
6.1.1. Força de trabalho e afastamentos	93
6.1.2. Qualificação da força de trabalho	94

6.1.3. Custos da manutenção de recursos humanos.....	95
6.1.4. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	98
6.1.5. Providência em caso de acumulação (art. 37, CF).....	98
6.1.6. Providência em caso de acumulação (art. 133 da Lei 8.112/93).....	99
6.1.7. Atos sujeitos a providências conforme IN TCU 55/2007	99
6.1.8. Atuação do OCI sobre atos submetidos a registro	100
6.1.9. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	101
6.2. Terceirização de mão de obra e estagiários	103
7. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário.....	108
7.1. Frota de veículos.....	108
7.2. Patrimônio imobiliário.....	108
8. Gestão da tecnologia da informação e do conhecimento.....	109
9. Gestão do uso de recursos renováveis e sustentabilidade ambiental	112
9.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental	112
9.2. Redução de consumo de papel, energia elétrica e água	113
10. Conformidades e tratamentos de disposições legais e normativas.....	114
10.1. Atendimento a deliberações (TCU e CGU).....	114
10.2. Tratamento de recomendações (CGU)	124
10.3. Cumprimento da Lei 8.730/93 – Declarações de Bens e Rendas	130
10.4. Declaração SIASG – SICONV	130
11. Informações contábeis.....	131
11.1. Informações sobre adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	131
11.2. Declaração do contador responsável	131
12. Outras informações sobre a gestão.....	132
III – RESULTADOS E CONCLUSÕES	133

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CAP – Colégio de Aplicação (INES)
CGU – Controladoria-Geral da União
DDHCT – Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico (INES)
DEBASI – Departamento de Educação Básica (INES)
DEPA – Departamento de Planejamento e Administração (INES)
DESU – Departamento de Ensino Superior (INES)
DIAU – Divisão de Audiologia (INES)
DIEPRO – Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional (INES)
DINFO – Divisão de Informática (INES)
DN – Decisão Normativa
D.O.U. – Diário Oficial da União
GRPU – Gerência Regional de Patrimônio da União
IN – Instrução Normativa
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
MEC – Ministério da Educação
Port. – Portaria
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPP – Projeto Político-Pedagógico
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RG – Relatório de Gestão
SEF2 – Serviço de Ensino Fundamental – 2º segmento (INES)
SEME – Serviço de Ensino Médio (INES)
SEPAT – Serviço de Patrimônio (INES)
TCU – Tribunal de Contas da União
UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Item	Página
Quadro I – Itens da Norma que não se aplicam à natureza da Unidade Jurisdicionada	8
Quadro II – Itens da Norma que não registraram ocorrências no exercício de 2012	

I. INTRODUÇÃO

Apresentamos o Relatório de Gestão do Instituto Nacional de Educação de Surdos, alusivo ao exercício de 2012. O documento foi estruturado em itens, observadas as normas do Tribunal de Contas da União, possibilitando ao leitor dimensionar a gestão institucional, seus sucessos e suas dificuldades, bem como o impacto de sua atuação no contexto da inclusão social da pessoa surda.

Nesse período, em que o Instituto iniciou a implementação de seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016, alcançamos a quase totalidade das metas estabelecidas satisfatoriamente. Os recursos orçamentários demonstraram-se adequados às necessidades institucionais.

Na esfera de Macroprocessos Finalísticos, merecem destaque as seguintes realizações:

No campo de **Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional**, encaminhamos propostas de texto contempladas na redação final do Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 (Plano Nacional de Educação); realizamos o I Encontro do INES com os Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS, de todo o Brasil, visando mapear demandas de apoio, identificar possibilidades de parceria e acompanhar o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à surdez. Por fim, elaboramos novos indicadores de desempenho.

No campo da **Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão**, o Curso Bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura, ofertado pelo INES: alcançou reconhecimento em avaliação oficial; manteve a oferta de 60 vagas; alcançou o maior número de candidatos (176) desde a abertura do Curso, em 2006 e obteve elevado índice de permanência (82,3%). Além disso, foi definido no âmbito do Ministério da Educação que o INES conduzirá em 2013 realização de um Curso de Pedagogia Bilíngue em EAD, alcançando 10 polos no Brasil, com 300 alunos, com recursos do Programa *Viver sem Limite*, da Presidência da República. Foi também criado e implementado novo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, com 40 vagas preenchidas, 20 delas por surdos.

No campo da **Educação Básica: Colégio de Aplicação**, foi mantido o patamar esperado de matrículas no CAP-INES de cerca de 500 alunos. Na Qualificação Profissional e Encaminhamento ao Trabalho, destacaram-se, de um lado, as parcerias – que incluem o Programa Jovem Aprendiz e o Sistema S (SENAC e SENAI) e capacitaram e inseriram 74 pessoas surdas – e o alto índice de conclusão nos cursos ministrados: 88%. Foi aberto Concurso Público para vagas em áreas que terão impacto na qualidade dos trabalhos pedagógicos: Tradutor e Intérprete de LIBRAS – Português; Professor da Carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico – LIBRAS e Assistente de Alunos.

No campo da **Saúde, Surdez e Educação**, foram realizados 8.117 procedimentos, em atendimento a 684 alunos e a 3.124 pessoas da comunidade. Promovidos dois eventos importantes – a Primeira Jornada de Audiologia Infantil do INES e o II Encontro sobre Implante Coclear – e firmado convênio com a UFRJ relativo à obtenção e adaptação de aparelho auditivo e à avaliação e procedimento de implante coclear, o INES retomou seu papel no debate nacional sobre políticas públicas de Saúde Auditiva. Além disso, foi aberto Concurso Público para 14 vagas na área de Saúde.

No campo da **Gestão do Conhecimento**, 2.777 profissionais ligados à educação de surdos participaram em eventos promovidos pelo Instituto. Houve 34 pesquisas em desenvolvimento, e 1.102 pessoas da comunidade frequentaram Curso de LIBRAS ministrado pelo INES, incluindo atendimento diferenciado a alunos com baixa visão. Foi lançada a TV INES, inicialmente para veiculação de conteúdos em LIBRAS nas áreas comuns do Instituto. Atualmente, estão sendo formatados conteúdos e aplicativos para veiculação em Web TV a ser lançada em abril de 2013. Também foi iniciada reforma arquitetônica e restauro do edifício da Biblioteca do INES. Realizamos 23 assessorias técnicas nas diferentes regiões do País. Por fim, a Comissão de Avaliação do Exame Nacional de Proficiência em LIBRAS efetivou 7.120 inscrições para o próxima edição do Exame, sob responsabilidade do INES.

Na esfera de Macroprocessos de Apoio, que denominamos **Gestão Institucional**, foi aberto Concurso Público que permitirá a substituição de 56 terceirizados. Foi concluído, aprovado e publicado o Plano Anual de Capacitação – PAC INES e o Programa de Apoio à Capacitação de Servidores do INES. Além disso, todas as licitações realizadas pelo Instituto hoje observam critérios ambientais e de sustentabilidade. Uma parceria INES - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa/RNP e Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa / RedeComep viabilizou novo link de Internet com velocidade de 1 Gbps, o que potencializará a utilização e a acessibilidade do portal INES – que veicula conteúdos em vídeos para o público surdo – e a realização de cursos a distância para o Brasil. Implantamos a Ouvidoria do Servidor e o Serviço de Informação ao Cidadão. Firmamos Termo de Cooperação Técnica com o Núcleo Estadual no Rio de Janeiro do Ministério da Saúde, visando à implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS. Por fim, para promover acessibilidade de alunos com limitações locomotoras, adquirimos e adaptamos veículos conforme Decreto nº 5.296/2004.

Abaixo, discriminamos os itens da norma que **não se aplicam** à natureza da Unidade Jurisdicionada, com a correspondente justificativa:

Quadro I – Itens da Norma que não se aplicam à natureza da Unidade Jurisdicionada

Item da norma	Justificativa
Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012: Quadros A.1.2, A.1.3 e A.1.4	Nos termos do art. 5º da IN 63/2010, o Relatório do INES é Individual por envolver uma única Unidade Jurisdicionada.
Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012: Quadros A.3.2, A.3.3 e A.3.4	A abrangência desse item da Norma são as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as demais empresas controladas direta ou indiretamente pela União, nos termos da Lei.
Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012: Quadros A.4.1 e A.4.5	Esta Unidade Jurisdicionada não tem sob sua responsabilidade Programa Temático ou Programa de Gestão e Manutenção.
Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012: Quadros A.5.13 a A.5.23	Esta Unidade Jurisdicionada não realiza gestão de renúncias tributárias.
Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012: Quadros A.5.24 e A.5.25	A abrangência desse item, nos termos da Lei, são as Unidades Jurisdicionadas do Poder Judiciário Federal responsáveis pela gestão e pagamento de precatórios.
Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012: Quadros A.7.2	O INES não dispõe de bens imóveis de uso especial locados de terceiros.
Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012: Quadros A.11.3 e A.11.4	O INES é órgão específico e singular da estrutura do Ministério da Educação e como tal não se constitui em “entidade investida” ou “investidora”.
Parte B do Anexo II da DN 119/2012 – conteúdo específico por unidade jurisdicionada ou grupo de unidades afins - Parte B, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012: Quadros B.1.1 a B.1.12	A abrangência da Norma são as Unidades vinculadas à Justiça Eleitoral.

Parte B, item 4, do Anexo II da DN TCU Nº 119, de 18/1/2012: Quadros B.4.1 a B.4.4	A abrangência da Norma é a seguinte: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO).
Parte B, item 6, do Anexo II da DN TCU Nº 119, de 18/1/2012: Quadro B.6.3	A abrangência da Norma é de IFES que mantenham contrato com Fundação de Apoio, e esse não é o caso do INES.
Parte B, item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 119, de 18/1/2012: Quadros B.7.1 e B.7.2	A Norma abrange Instituições Federais de Educação Tecnológica, o que o INES não é.
Parte B, item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 119, de 18/1/2012: Quadros B.8.1 e B.8.2	A Norma abrange Instituições Federais de Pesquisa Científica e Tecnológica – ICT, categoria em que o INES não está inserido.
Parte B, item 11, do Anexo II da DN TCU Nº 119, de 18/1/2012: Quadros B.11.1 e B.11.2	A abrangência da Norma é a seguinte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), BNDES Participações (BNDESPar) e Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame).
Parte B, item 14, do Anexo II da DN TCU Nº 119, de 18/1/2012: Quadros B.14.1, B.14.2 e B.14.3	A abrangência da Norma são as Instituições federais integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
Parte B, item 16, do Anexo II da DN TCU Nº 119, de 18/1/2012: Quadro B.16.1	A Norma abrange órgãos e entidades que executam acordos de cooperação internacional, com a contratação de consultores na modalidade “Produto”, o que o INES não realiza.
Parte B, item 17, do Anexo II da DN TCU Nº 119, de 18/1/2012: Quadros B.17.1 e B.17.2	A Norma abrange a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Parte B, item 18, do Anexo II da DN TCU Nº 119, de 18/1/2012: Quadro B.18.1	A abrangência da Norma é a Agência Nacional de Cinema – Ancine.
Parte B, item 19, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012: Quadro B.19.1	A abrangência da Norma são as Unidades jurisdicionadas que tenham como incumbência a supervisão da execução de contratos de gestão em que unidade da administração pública federal seja uma das partes signatárias.
Parte B, item 30, do Anexo II da DN TCU Nº 119, de 18/1/2012: Quadro B.30.1	A abrangência da Norma é o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Parte B, item 37, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012: Quadros B.37.1 a B.37.13	Unidades que sejam signatárias de contrato de gestão que envolva repasse de recursos públicos à entidade parceira, especialmente os regidos pela Lei 9.637/98, e cuja vigência tenha abrangido, no todo ou em parte, o exercício de referência do relatório de gestão.
Parte B, item 38, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012: Quadros B.38.1 a B.38.6	Unidades que tenham firmado termo de parceria que envolva repasse de recursos públicos à entidade parceira, especialmente os regidos pela Lei 9.790/99.

Fonte: Gabinete da Direção Geral do INES.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UJ

1.1. Relatório de Gestão Individual

1.1.1. Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Educação de Surdos			
Denominação abreviada: INES			
Código SIORG: 252	Código LOA: 26104		Código SIAFI: 152005
Situação Operacional: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Educação superior – graduação			Código CNAE: 8531-7/00
Telefones/Fax de contato:	(21) 2285-5107	(21) 2285-7546	(21) 2285-7692
Endereço eletrônico: dirge@ines.gov.br			
Página da Internet: http://www.ines.gov.br			
Endereço Postal: Rua das Laranjeiras, 232 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22240-003			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857. Denominação atual: Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957. Balizamento como Instituição Federal de Ensino: art. 206 da Constituição Federal e Lei 9.394, de 1996 (LDB). Balizamento como centro de referência nacional na área da surdez: Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009 (D.O.U. de 26/8/2009).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Como órgão específico singular da estrutura do MEC: Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012 (D.O.U. de 6 de março de 2012). Balizamento como instituição educacional bilíngue (Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa): Lei 10.436, de 2002 e seu Decreto de Regulamentação nº 5.626, de 2005. Credenciamento para ensino superior: Portaria MEC nº 2.830, de 17 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. de 18 de agosto de 2005. Regimento Interno: Portaria MEC nº 323, de 08 de abril de 2009 (D.O.U. de 9/4/2009), alterada pela Portaria 951, de 21/7/2010 (D.O.U. de 22/7/2012).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
A instituição promoveu em regime participativo, ao longo do exercício de 2011, a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico - PPP e de um Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o período de 2012 a 2016. Tais documentos de planejamento estratégico foram finalizados e divulgados à comunidade por meio da Intranet, bem como aprovados em reunião aberta do Conselho Diretor do INES e encaminhados ao Senhor Ministro de Estado da Educação.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
152005	Instituto Nacional de Educação de Surdos		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Instituto Nacional de Educação de Surdos		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
152005		00001	

1.2.Finalidades e Competências

O Instituto foi originalmente criado pela Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857, e teve sua denominação atual dada pela Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957.

Como Instituição Federal de Ensino habilitada à oferta de Educação Básica (da Educação Infantil ao Ensino Médio) e Educação Superior (graduação e pós-graduação), a ação educativa do INES é balizada nos princípios firmados no art. 206 da Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394, de 1996. A Portaria MEC nº 2.830, de 17 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. de 18 de agosto de 2005, credenciou a instituição para o ensino superior.

Como centro de referência nacional na área da surdez, sua atuação tem como base o Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Nos termos do Art. 5º, § 3º da Constituição, texto desse dispositivo tem valor jurídico de Emenda Constitucional no Brasil e baliza várias ações do INES, conforme demonstrado a seguir.

Em seu Artigo 24, relativo à **Educação**, esse Decreto estabelece que os Estados-Partes promovam:

- Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda; e
- Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças (...) surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Além disso, ainda na área da **Educação**, o referido artigo desse Decreto também determina que os Estados-Partes:

- (...) tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.
- (...) assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

Com respeito ao **Encaminhamento Profissional**, determina-se:

- Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;

O Decreto, em seu Capítulo 25, trata da **Saúde**, e define que os Estados-Partes:

- Oferecerão às pessoas com deficiência programas de atenção à saúde gratuitos ou a custos acessíveis da mesma variedade, qualidade e padrão que são oferecidos às demais pessoas, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral;
- Propiciarão serviços de saúde que as pessoas com deficiência necessitam especificamente por causa de sua deficiência, inclusive diagnóstico e intervenção precoces, bem como serviços projetados para reduzir ao máximo e prevenir deficiências adicionais, inclusive entre crianças e idosos;

Indicamos, a seguir, artigos da Convenção da ONU que norteiam a atuação do INES especificamente como **Centro de Referência Nacional na Área da Surdez**:

- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal, conforme definidos no Artigo 2 da presente Convenção, que exijam o mínimo possível de adaptação e cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, a promover sua disponibilidade e seu uso e a promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes;
- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível;
- Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações;
- Promover a capacitação em relação aos direitos reconhecidos pela presente Convenção dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, de forma a melhorar a prestação de assistência e serviços garantidos por esses direitos.
- Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam;
- Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo.
- Facilitar a cooperação em pesquisa e o acesso a conhecimentos científicos e técnicos;
- Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
- Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais;

- [Tomar] medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade;
- As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda;
- [Coletar] dados apropriados, inclusive estatísticos e de pesquisas, para que possam formular e implementar políticas destinadas a por em prática a presente Convenção.

As finalidades e competências do INES estão delineadas respectivamente em dois dispositivos. O primeiro deles é a Portaria MEC nº 323, de 08 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 09 de abril de 2009, alterada pela Portaria 951, de 21 de julho de 2010, publicada no D.O.U. de 22 de julho de 2010, que aprovou o Regimento Interno do INES. Nesse documento legal define-se que o Instituto é dotado de autonomia limitada e subordinado diretamente ao Ministro de Estado da Educação.

O segundo dispositivo a ser examinado é o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, publicado no D.O.U. de 6 de março de 2012, que aprovou a estrutura regimental do Ministério da Educação. Nele, define-se que o Instituto é órgão específico singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação.

Assim, nos termos do art. 1º, § 1º de seu Regimento Interno, são **finalidades do INES**:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e,
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

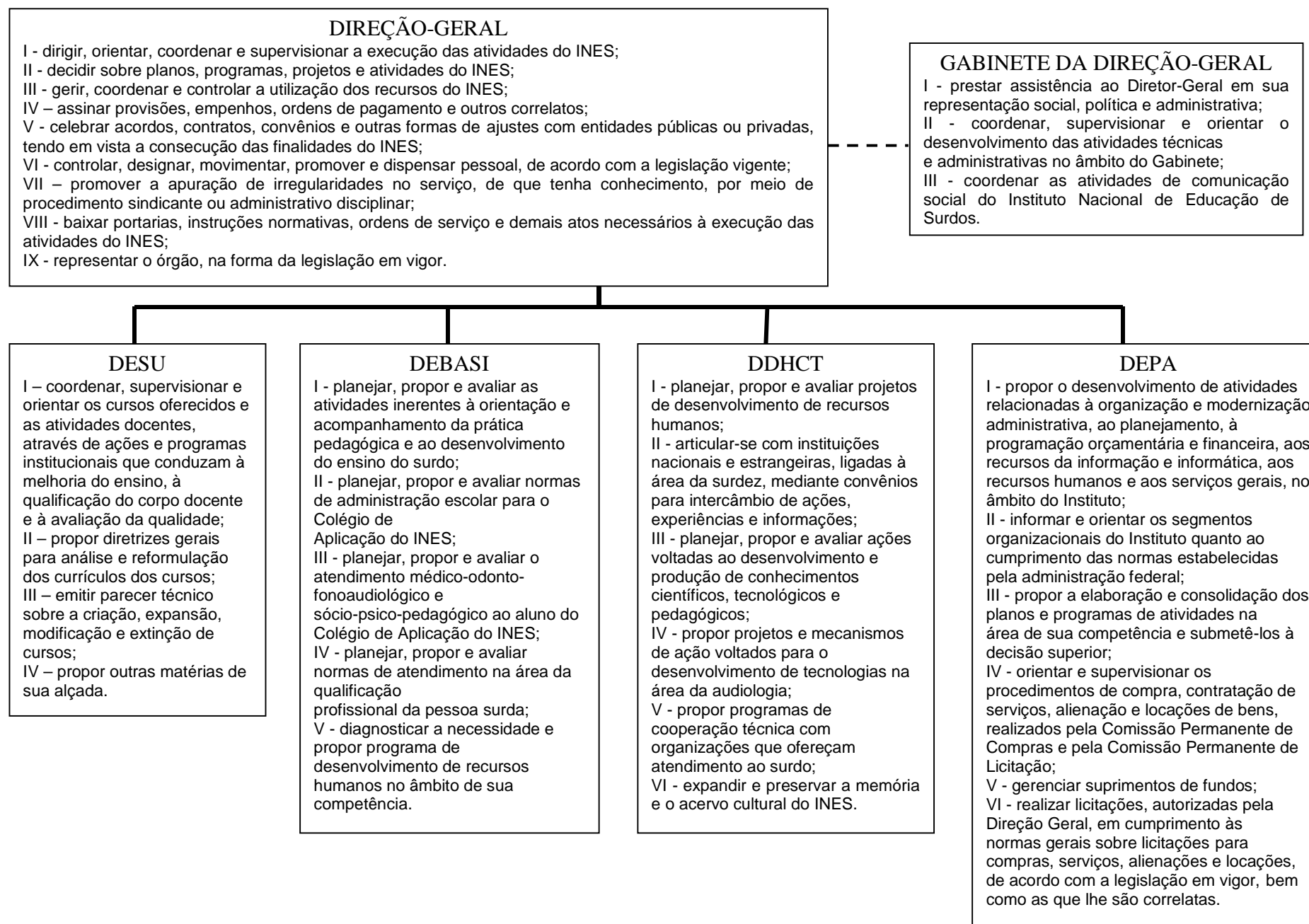
Nos termos do art. 35 do Decreto 7.690/12, são **competências do INES**:

- I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação na área de surdez;
- II - promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área de surdez;

- III - assistir, tecnicamente, os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;
- IV - promover intercâmbio com as associações e organizações educacionais do País, visando a incentivar a integração das pessoas surdas;
- V - promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão de educação básica, visando a garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas surdas;
- VI - efetivar os propósitos da educação inclusiva, através da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, com o objetivo de preparar profissionais bilíngues com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação;
- VII - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nas áreas de prevenção da surdez, avaliação dos métodos e técnicas utilizados e desenvolvimento de recursos didáticos, visando à melhoria da qualidade do atendimento da pessoa surda;
- VIII - promover programas de intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;
- IX - elaborar e produzir material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos;
- X - atuar de forma permanente junto à sociedade, mediante os meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando ao resgate da imagem social das pessoas surdas; e
- XI - desenvolver programas de reabilitação, pesquisa de mercado de trabalho e promoção de encaminhamento profissional, com a finalidade de possibilitar às pessoas surdas o pleno exercício da cidadania.

A instituição promoveu em regime participativo, ao longo do exercício de 2011, a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico - PPP e de um Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Tais documentos foram finalizados e divulgados à comunidade por meio da Intranet, bem como aprovados em reunião aberta do Conselho Diretor do INES no dia 18 de novembro daquele ano, e encaminhados no ano seguinte ao Senhor Ministro de Estado da Educação.

1.3. Organograma funcional – competências e atribuições



1.4. Macroprocessos finalísticos

Nos termos do documento PDI INES 2012-2016, os macroprocessos finalísticos do INES podem ser assim organizados:

1.4.1. Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional

- 1.4.1.1. Processo *Formulação de Políticas Públicas*
- 1.4.1.2. Processo *Gestão do Desenvolvimento Institucional*
- 1.4.1.3. Processo *Gestão das Relações Institucionais*

1.4.2. Educação Superior: Ensino, Pesquisa, Extensão

- 1.4.2.1. Processo *Ensino de Graduação*: curso bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura
- 1.4.2.2. Processo *Ensino de Pós-Graduação*: curso de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue
- 1.4.2.3. Processo *Pesquisa*: manutenção de grupos de pesquisa
- 1.4.2.4. Processo *Extensão*: oferta de cursos à comunidade

1.4.3. Educação Básica: Colégio de Aplicação

- 1.4.3.1. Processo *Escolarização*: oferta de Educação Básica (da Educação Infantil ao Ensino Médio) a alunos surdos
- 1.4.3.2. Processo *Preparação para o Trabalho e Geração de Renda e Encaminhamento Profissional*

1.4.4. Saúde, Surdez e Educação

- 1.4.4.1. Processo *Ações Preventivas, Diagnósticas e Terapêuticas Relacionadas à Saúde Auditiva, abertas à Comunidade*
- 1.4.4.2. Processo *Construção de Conhecimento em Saúde Auditiva*

1.4.5. Gestão do Conhecimento

- 1.4.5.1. Processo *Desenvolvimento e Distribuição de Materiais de Apoio à Educação de Surdos*
- 1.4.5.2. Processo *Produção Editorial na Área da Surdez*
- 1.4.5.3. Processo *Cooperação Técnica com Estados e Municípios Brasileiros na Área da Surdez*
- 1.4.5.4. Processo *Difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras*

1.4.6. Macroprocesso de apoio: Gestão Institucional

- 1.4.6.1. Processo *Programação e Execução Orçamentária e Financeira*
- 1.4.6.2. Processo *Gestão de Pessoas*

- 1.4.6.3. Processo *Gestão de Suporte Técnico e Operacional*
- 1.4.6.4. Processo *Compras e Contratação de Bens e Serviços*
- 1.4.6.5. Processo *Gestão de Tecnologia da Informação*

1.5.Principais parceiros

Os principais parceiros das ações realizadas pelo Instituto são:

- Presidência da República – Secretaria Nacional de Direitos Humanos
- Ministério da Educação – MEC
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG
- Ministério da Saúde – MS
- Instituto Benjamin Constant - IBC
- Unidades Regionais dos Serviços Nacionais de Aprendizagem – SENAI e SENAC
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro
- Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro
- Departamento de Trânsito do Governo do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN/RJ
- Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ
- Tribunal Regional Federal da Primeira Região – Rio de Janeiro – TRF1
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP e Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa – Redecomep.

II. DESENVOLVIMENTO

2. Planejamento estratégico da UJ

2.1.Plano de Desenvolvimento Institucional

Ao longo de 2011, o INES construiu coletivamente um Plano de Desenvolvimento Institucional, que foi aprovado por unanimidade em Reunião Extraordinária aberta do 7º Conselho Diretor do Instituto, no dia 18 de novembro de 2011. Sua publicação deu-se na Portaria INES nº 306/2012, Boletim de Serviço 11/2012.

2.1.1. Período de abrangência

O PDI INES abarca o período de 2012 a 2016.

2.1.2. Vinculação do PDI com as competências institucionais

No PDI INES 2012-2016, a missão do Instituto ficou assim definida:

O Instituto Nacional de Educação de Surdos, órgão da administração direta, específico e singular da estrutura do Ministério da Educação, Centro de Referência Nacional na Área da Surdez – com a missão de promover a inclusão social e a cidadania das pessoas surdas nas políticas educacionais do Brasil em uma perspectiva bilíngue (Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Língua Portuguesa) e de colaborar

para que tal propósito se efetive também nas políticas nacionais: de saúde; de trabalho e emprego; de assistência social; sociojurídicas; linguísticas; de cultura; de direitos humanos; de comunicação; de esporte e de ciência e tecnologia – é instituição federal de ensino habilitada à oferta de Educação Superior (ensino, pesquisa e extensão), e à oferta de Educação Básica, em suas diferentes etapas e modalidades.

Os 23 objetivos e 136 metas do PDI estão estreitamente vinculados às competências regimentais do Instituto, listadas no item 1.2 deste documento, consubstanciadas nos campos finalísticos em que foram reunidos no Plano – Políticas Públicas e Relações Institucionais; Educação Básica; Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão do Conhecimento; Saúde, Surdez e Educação – somados ao campo da Gestão Institucional. São múltiplas as dimensões da atuação do INES como órgão específico e singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação:

- Como instituição de **Educação Básica**, que mantém um Colégio de Aplicação de orientação bilíngue (LIBRAS e Português), que oferta Estimulação Precoce, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de preparação para o trabalho e encaminhamento profissional;
- Como instituição de **Ensino Superior** que realiza, em contexto bilíngue (LIBRAS e Português), a formação inicial (graduação) e continuada (pós-graduação Lato Sensu) de profissionais da educação, bem como a pesquisa e a extensão;
- Como **Centro de Referência Nacional na Área da Surdez**, que atua:
 - No diagnóstico e atenção inicial em saúde auditiva, abertos à comunidade;
 - Na produção editorial orientada para a difusão de informações e conhecimentos nessa área, por meio impresso, audiovisual e eletrônico;
 - Na valorização das práticas culturais das comunidades surdas e no ensino da Língua Brasileira de Sinais aberto à comunidade;
 - Na cooperação técnica com Estados e Municípios em relação à formulação e implementação de políticas públicas e à difusão de conhecimentos e informações na área da surdez, na perspectiva da inclusão social e cidadania das pessoas surdas;
 - Na promoção de eventos nacionais e internacionais que visam socializar os resultados de pesquisas na área da surdez.

2.1.3. Vinculação do PDI com o PPA

A Lei 11.593 de 2012, que institui o Plano Plurianual 2012-2015 - PPA, inclui entre as diretrizes desse documento que orienta as ações do Governo Federal no Brasil a “garantia dos direitos humanos” e a “valorização da diversidade cultural”.

O documento *Dimensão Tática: Programas Temáticos*¹, relativo ao PPA 2012-2015, põe em relevo aspectos que dialogam com as vertentes da missão deste Instituto.

Em primeiro lugar, o texto diz que os objetivos da **Educação Básica** de formar “indivíduos autônomos e capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo” e de “contribuir para dotar os indivíduos de conceitos, habilidades e atitudes para o exercício da cidadania e para a redução

¹ Disponível em:

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mp_004_dimensao_tatico_sociais.pdf Acesso em 06 dezembro 2012.

das desigualdades sociais existentes” não podem ser alcançados, sem que a educação seja norteada pelos “princípios da **equidade**, da **valorização da diversidade**, dos **direitos humanos** (...) da garantia de padrão de qualidade, da **acessibilidade**, da **igualdade de condições** para o acesso e permanência do educando na escola, independentemente de cor/raça, etnia, sexo, local de domicílio ou condição de **pessoa com deficiência**”. [grifo nosso]

Em segundo lugar, o documento faz menção à **Educação Superior**. Realça que “um primeiro desafio que se coloca é a continuidade da expansão da oferta de vagas e matrículas na graduação”, mas lembra que “a expansão da oferta **em condições adequadas para o acesso de todos os segmentos** populacionais é um importante instrumento de inclusão social”. [grifo nosso]

E conclui que “outro desafio é a manutenção e ampliação das medidas que garantem **condições de acesso à educação superior para todos**, como a expansão e interiorização da rede pública federal gratuita, da concessão de bolsas de estudo e de financiamentos estudantis, além do apoio à permanência dos estudantes de baixa renda, de forma a reduzir a evasão”. [grifo nosso]

2.1.3.1. Programas temáticos

As principais ações finalísticas do INES, no PPA 2012-2015, podem ser compreendidas no âmbito do Programa Temático 2030 – Educação Básica, no qual a ação que lhe cabe é a 2030.20RI.26104.0033 – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica.

Com base no Anexo I da Lei 11.593 de 2012, transcrevemos Objetivos, Metas e Iniciativas entre aspas, e indicamos, nos Comentários, de que maneira o INES participa de sua efetivação.

Programa 2030 - Educação Básica:

“OBJETIVO 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.”

*Comentário: Esse objetivo inclui tanto a **Iniciativa 02BY do PPA**, de “manutenção das instituições federais de educação básica” (como o INES, com seu Colégio de Aplicação) quanto a **Meta do PPA** de “elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência”, para a qual colabora a ação do INES de cooperação técnica com as redes regulares de ensino de Estados e Municípios, e também a produção e envio de materiais de orientação e apoio, bem como o apoio à **Iniciativa 02C1 do PPA**, relativa ao “acesso à rede mundial de computadores, a equipamentos e recursos tecnológicos digitais”, visando à “utilização pedagógica das tecnologias de informação e comunicação”, o que vem sendo feito desde 2012 com o projeto de acesso a tablets por parte do corpo docente e discente do Colégio de Aplicação do Instituto.*

Além disso, o INES também ajuda a efetivar outros Objetivos contemplados no Programa 2030:

“OBJETIVO 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.”

“OBJETIVO 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.”

*Comentário: Esses objetivos contemplam tanto a escolarização básica - ofertada no Colégio de Aplicação do INES – quanto a **Iniciativa 02BQ do PPA**, relativa à “formação inicial e continuada, presencial e a distância”, que inclui a “formação para docência intercultural” e para a “educação bilíngue”, algo que o Departamento de Ensino Superior do INES realiza com o curso bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura e com o curso de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue.*

A análise detalhada do PPA 2012-2015 indica que algumas ações finalísticas do INES ajudam a efetivar propósitos inscritos em **outros Programas Temáticos do PPA vinculados ao MEC**. Igualmente, para fins didáticos, transcrevemos Objetivos e Metas desses outros Programas entre aspas, e indicamos, nos Comentários, de que maneira podemos considerar que o INES colabora para sua efetivação.

Programa 2031 Educação Profissional e Tecnológica (Ministério da Educação):

“OBJETIVO 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.”

Comentário: O INES tem realizado nos últimos anos parcerias com o Sistema S que têm viabilizado a participação de pessoas surdas em cursos certificados de Educação Profissional, e isso também efetiva meta do Plano Nacional de Educação.

Programa 2032 – Educação Superior: graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão:

“OBJETIVO 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.”

*Comentário: No PPA, para esse Objetivo, incluem-se as **Metas** de “ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior” e de “ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020”, bem como as correspondentes **Iniciativas 03GA**, de promover acesso, permanência e sucesso na educação superior considerando “as especificidades das pessoas com deficiência”, e **03GD**, de promover “a pesquisa e a extensão” e garantir “condições de acessibilidade”. Todas essas metas e iniciativas são contempladas na Educação Superior do INES, e efetivam também metas e estratégias do Plano Nacional de Educação.*

Por fim, cabe registrar que a análise do PPA mostra que algumas ações finalísticas do INES ajudam a efetivar propósitos inscritos em **Programas Temáticos do PPA vinculados a outros Ministérios**. Novamente transcrevemos Objetivos e Metas desses outros Programas entre aspas, e indicamos, nos Comentários, de que maneira podemos considerar que o INES colabora para sua efetivação.

Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda (Ministério do Trabalho e Emprego):

“OBJETIVO: 0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.”

Comentário: O INES realiza ações em 5 (cinco) frentes que concorrem para a promoção do Trabalho Decente:

- *Termo de Adesão entre INES e Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, criado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, em sua modalidade Bolsa-Formação, prevê participação prioritária de pessoas com deficiência;*
- *cursos de preparação para o trabalho e para a geração de renda;*
- *cadastramento e encaminhamento profissional de pessoas surdas;*
- *parcerias com instituições da rede regular de educação profissional, com vistas em acesso, permanência e formação profissional de pessoas surdas;*
- *diagnóstico clínico de surdez como um dos meios de viabilizar a participação de pessoas surdas em processos de habilitação e reabilitação profissional, bem como seu acesso ao mundo do trabalho via contrato de aprendizagem ou contrato de trabalho.*

Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) (Ministério da Saúde):

“OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.”

*Comentário: O INES atua em consonância com a **Iniciativa 02PR do PPA** - Implementação da Política Nacional para a Pessoa com Deficiência, especificamente segundo a diretriz prevista para a “atenção básica” no Art. 3º da Portaria MS nº 2.073 de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva: ‘realizar ações de caráter individual ou coletivo, voltadas para a promoção da saúde auditiva, da prevenção e da identificação precoce dos problemas auditivos, bem como ações informativas, educativas e de orientação familiar.’ Todas essas atividades são realizadas pelas Divisões de Audiologia e de Fonoaudiologia do INES.*

2.1.3.2. Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado

As ações do INES nessa esfera estão inseridas no Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação e são as seguintes:

- 2109.2004.26104.0033 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
- 2109.2010.26104.0033 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
- 2109.2011.26104.0033 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
- 2109.2012.26104.0033 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
- 2109.20CW.26104.0033 - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos;
- 2109.4572.26104.0033 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

2.1.4. Contexto de planejamento estratégico

As ações do Instituto – dado ser ele órgão específico e singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação, nos termos do Decreto 7.690, de 2012 – estão compreendidas, conforme transcrito a seguir, no contexto de planejamento estratégico do referido Ministério, nos termos do Plano Nacional de Educação 2011-2020 proposto pelo Executivo Federal – atualmente Projeto de Lei 8.035-B, de 2010, aprovado no âmbito do Congresso Nacional e no aguardo de sanção presidencial:

“META

4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS

4.5: Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas escolas públicas para garantir o acesso e a permanência na escola dos(as) alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva;

4.6: Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda Língua, aos(as) alunos(as) surdos e deficientes auditivos de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e dos arts. 24 e 30 da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema *Braille* de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.8: Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, bem como da permanência e do desenvolvimento escolares, dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e

altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas no estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.9: Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva com vistas na promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade, dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.10: Estimular a continuidade da escolarização dos(as) alunos(as) com deficiência na educação de jovens e adultos, de forma a assegurar a educação ao longo da vida, observadas suas necessidades e especificidades;

4.11: Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, de profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores(as) de Libras, prioritariamente surdos e professores(as) bilíngues;

4.12: Definir, no 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento aos(às) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

META

11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIA

11.6: ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

META

12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIA

12.5: ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos(às) estudantes de instituições públicas e bolsistas de instituições privadas de educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.”

2.1.5. Objetivos estratégicos para 2012 e plano de ação

Com base no PDI INES 2012-2016 e considerados os termos do Plano Nacional de Educação 2011-2020 explicitados no item 2.1.4, os Objetivos Estratégicos e o correspondente Plano de Ação do INES para 2012 seguem delineados por área de abrangência.

Políticas Públicas e Relações Institucionais

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
I – Mapear as condições socioeconômicas, epidemiológicas e culturais relacionadas à surdez no Brasil, em colaboração com os órgãos nacionais de pesquisa;	* Construir, a partir de 2012, o Mapa Nacional da Surdez e da Pessoa Surda no Brasil, por meio de parceria com o INEP (MEC), a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o IBGE (Ministério do Planejamento), o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social;
II – Participar da formulação e execução das políticas nacionais de educação, em uma perspectiva bilíngüe (LIBRAS e Português);	* Elaborar, em 2012, um texto propositivo aos debates sobre o Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional, em audiências públicas e demais eventos; * Apoiar, a partir de em 2012, a realização de pesquisas sobre surdez e políticas públicas no Brasil.
III – Subsidiar a formulação das políticas nacionais de saúde, de trabalho e emprego, de assistência social, sócio-jurídicas, de cultura, de direitos humanos, de comunicação, de esporte e de ciência e tecnologia, no âmbito de sua competência na área da surdez;	
IV- Promover e apoiar políticas lingüísticas que contribuam para a valorização e difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - como patrimônio imaterial do País em todo território nacional, e favoreçam a sua aquisição por crianças, jovens e adultos surdos, seus familiares e colegas de escola ou trabalho, bem como por profissionais que atendam essas pessoas.	* Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos presenciais de LIBRAS no INES; * Criar em 2012 um Núcleo de Estudos da LIBRAS, liderado por profissionais surdos docentes e/ou pesquisadores da LIBRAS e com participação aberta a lingüistas e outros dedicados ao tema; * Realizar anualmente, até 2015, o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em LIBRAS – Pró-LIBRAS.
VI – Fortalecer e legitimar a referencialidade do Instituto na produção de conhecimento na área da Surdez	* Reavaliar e redefinir, em 2012, a Política de Pesquisa do Instituto, em consonância com as demandas da área da Surdez e com os novos marcos organizacionais, abrangendo mecanismos de apoio da instituição à participação em estudos pós-graduados e à apresentação de trabalhos;

Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>VIII- Promover a formação, a qualificação e a educação continuada em uma perspectiva bilíngüe, por meio da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como de programas de pesquisa e extensão, com o objetivo de preparar profissionais com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação.</p>	<p>CURSO BILÍNGÜE DE PEDAGOGIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Matricular anualmente 60 novos alunos no Curso Bilíngüe de Graduação em Pedagogia; * Promover a realização de concurso público de provas e títulos para o provimento de 15 (quinze) cargos efetivos de Magistério Superior, para o curso Bilíngüe de Pedagogia, com atuação em regime de dedicação exclusiva, em jornada de 40 horas semanais; * Promover a realização de concurso público para o provimento de 15 (quinze) cargos efetivos de Intérprete de LIBRAS – Português para atuação em situações de aula e avaliação no Curso Bilíngüe de Pedagogia, bem como em atividades de pesquisa e extensão; <p>CURSO DE LETRAS - LIBRAS</p> <ul style="list-style-type: none"> * Criar, em 2013, um Curso de Letras LIBRAS (Licenciatura LIBRAS-Português com, no mínimo, 2.800 horas, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares para os cursos de licenciatura, e Bacharelado em Tradução-Interpretação LIBRAS-Português com, no mínimo, 2.400 horas). * Aperfeiçoar, em 2012, o modelo de Edital de Concurso Público para o magistério superior, na perspectiva de valorizar a experiência de trabalho com surdos e o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais; * Institucionalizar o ensino de pós-graduação, mantendo-se a oferta de curso de Pós <i>Lato Sensu</i> e construindo, em 2014, um curso de Pós <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado); * Construir, até 2013, uma política de acompanhamento de egressos do ensino superior; * Promover anualmente a realização da Semana Pedagógica, com palestras e mesas-redondas.
<p>IX - Promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas no escopo de sua missão, assim como propor critérios e mecanismos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia relacionadas à surdez;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Construir um documento de diretrizes de Pesquisa, com vistas à definição de linhas de pesquisa, bem como à constituição de núcleos e grupos. * Criar, a partir de 2012, Grupos e Núcleos de Pesquisa de que participem docentes da Educação Básica e da Educação Superior, alunos de pós-graduação, bem como servidores em geral, em temáticas relacionadas à área da surdez, à educação de surdos e à LIBRAS.
<p>X – Desenvolver a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Definir, ao longo de 2013, uma Política de Extensão da Instituição, em sintonia com as novas demandas e também com os novos marcos organizacionais do Instituto.

Educação Básica: Colégio de Aplicação

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>XI - Promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão de Educação Básica, visando garantir a escolarização – educação infantil, fundamental, média e de jovens e adultos – a educação profissional e a transição para o trabalho de pessoas surdas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Aperfeiçoar, em 2012, o modelo de Edital de Concurso Público para o magistério da Educação Básica, na perspectiva de valorizar a experiência de trabalho com surdos e o conhecimento da LIBRAS; * Fazer com que todo o corpo docente da Educação Básica tenha o curso completo de LIBRAS e a utilize, efetivamente, como primeira língua nos processos de ensino e aprendizagem; * Ampliar o quadro de profissionais, por meio da realização de concurso público, incluindo um mínimo de 21 (vinte e um) intérpretes de LIBRAS, 43 (quarenta e três) professores com nível superior (Pedagogia, Licenciatura Plena) com proficiência em LIBRAS; * Reorganizar a equipe e a sistemática de trabalho da Coordenação Pedagógica, visando promover uma articulação vertical e horizontal da ação educativa, incluindo reuniões dos diferentes segmentos de ensino e entre os diferentes segmentos de ensino, para melhor articulação da proposta pedagógica; * Desvincular o atendimento fonoaudiológico da matriz curricular da Educação Básica; * Matricular anualmente 500 (quinhentos) alunos na Educação Básica; * Construir um quadro de indicadores de qualidade da Educação Básica do INES em 2012, que inclua, entre outros aspectos, o nível de proficiência em LIBRAS do docente; * Criar um Grupo de Trabalho e promover debate sobre questões relativas à proposta curricular, incluindo a seriação e número de alunos por turma, para atender melhor às necessidades pedagógicas relacionadas à educação dos surdos, em face das mudanças histórico- culturais e tecnológicas do mundo moderno; * Estabelecer parcerias que viabilizem o acesso e a permanência de jovens surdos em cursos de educação profissional em Institutos Federais de Educação Tecnológica a partir de 2013, em consonância com o Pronatec; * Criar, até 2013, um banco de dados e uma política de gestão da informação sobre o aluno do INES, realizar uma pesquisa sobre causas da evasão escolar e construir uma política de acompanhamento de egressos da Educação Básica; * Desenvolver projetos de interesse dos alunos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação, inclusive para ampliar as suas possibilidades de inserção na vida produtiva; * Estimular atividades relacionadas à produção artística dos alunos surdos (teatro, cinema, poesia, desenho, pintura, fotografia, etc.).

Saúde, Surdez e Educação

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>XII - Desenvolver ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas na área da surdez, associadas à construção e difusão de conhecimento, com ênfase na integração dos diversos setores de Ciências da Saúde;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar continuamente o atendimento à população no campo do diagnóstico relacionado à saúde auditiva; * Desenvolver ações, campanhas e materiais de orientação relacionados às causas da surdez e às possibilidades de prevenção; * Definir, em 2012, as atribuições, o perfil e o quantitativo necessário dos profissionais da área clínica e demandar novos concursos públicos para: assistente social; psicólogo; técnico em assuntos educacionais; audiologista (mínimo de 10 profissionais); fonoaudiólogo; médico otorrinolaringologista; odontólogo; terapeuta ocupacional; nutricionista; fisioterapeuta, etc.; * Fazer com que todos os profissionais da área de Saúde do INES (atuais e novos) realizem o Curso completo de LIBRAS ofertado pelo Instituto ou equivalente até 2015; * Institucionalizar, até 2013, o atendimento a pessoas surdas, surdocegas e surdas com múltiplas deficiências no campo da Saúde; * Criar um banco de dados e uma política de gestão da informação em Saúde e Surdez – audiolgia e fonoaudiologia, psicologia, serviço social, medicina, odontologia, terapia ocupacional, nutrição, fisioterapia – na perspectiva de simplificar e qualificar o atendimento ao cidadão e de possibilitar, inclusive por meio da construção de indicadores, a construção de conhecimento; * Estabelecer parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde para analisar e discutir a logística relativa à ocorrência de diagnóstico de surdez, na perspectiva de viabilizar e agilizar o atendimento; * Reorganizar a oferta de atendimento clínico em fonoaudiologia, desvinculado da grade curricular, na perspectiva da comunicação oral e escrita do aluno surdo, visando ao seu desenvolvimento global e integração social. * Disseminar o conhecimento produzido sobre a prática fonoaudiológica com alunos surdos, com ênfase na interface entre comunicação e aprendizagem, diretamente para os pais ou responsáveis (abrangendo linguagem, motricidade oral, audição, voz e uso de próteses auditivas) e para a sociedade em geral por meio de assessorias técnicas, participação em eventos, publicação de artigos, produção de materiais (folhetos, vídeos) e campanhas de esclarecimento; * Realizar articulação interinstitucional com vistas ao estabelecimento de convênios para obtenção e adaptação de aparelho auditivo e para avaliação e procedimento de implante coclear; * Elaborar um Termo de Referência e efetuar a licitação com vistas a contratar empresa para fornecimento regular de moldes e baterias de aparelho auditivo aos alunos do Instituto.

Gestão do Conhecimento

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>XIV – Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Construir um documento de Política Editorial que consiga: <ul style="list-style-type: none"> - abarcar a pluralidade das linhas de ação do Instituto orientadas para os direitos sociais e de cidadania das pessoas surdas; - orientar a implantação de um sistema de intercâmbio; - qualificar, nos sistemas de avaliação (<i>Qualis</i> CNPq, por exemplo), os diferentes itens de nossa linha editorial; - ampliar e diversificar essa linha editorial, inclusive por meio de periódicos eletrônicos e da edição de publicações em LIBRAS eventualmente em novos suportes, como os <i>e-books</i>; * Elaborar a partir de 2012 e distribuir a partir de 2013 materiais voltados para as metodologias de ensino de pessoas surdas (os dois segmentos do ensino fundamental e ensino médio), por meio de um Grupo de Trabalho (composto por professores da Educação Básica e da Educação Superior, técnicos, intérpretes), bem como materiais e publicações técnico-científicos; * Elaborar, a partir de 2013, com participação de qualificados Intérpretes de LIBRAS e de outros profissionais abalizados, um glossário de termos técnicos em LIBRAS para o apoio a docentes dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, na perspectiva de viabilizar a participação de pessoas surdas nos seus cursos, em consonância com o Pronatec, inclusive por meio de parcerias; * Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.
<p>XV – Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar, a cada 2 (dois) anos, um Congresso Internacional Pluridisciplinar; * Efetivar, a partir de 2012, um sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa; * Realizar, anualmente, eventos como Fóruns <i>Educação, Linguagem e Surdez</i>, Seminários (incluindo Grêmio Estudantil do INES), Encontros de País, etc.
<p>XVI – Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Elaborar, negociar e implantar, em 2013, um projeto-piloto de cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos desde a estimulação precoce e políticas complementares; * Criar, até 2014, um sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica realizadas em diferentes lugares do Brasil, contemplando o assessoramento a distância e o rodízio entre profissionais; * Estabelecer parcerias com CAS e NAPES (Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez), em Estados e Municípios, com vistas a mapear as demandas de apoio, realizar ações em regime de colaboração e acompanhar o desenvolvimento das políticas; * Estimular, nos encontros com órgãos públicos de Estados e Municípios, a realização de levantamentos para identificar a existência de surdos em idade escolar fora da escola, bem como a elaboração de projetos que mobilizem as

	famílias para que matriculem seus filhos surdos em instituições de ensino.
XVII – Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação, da memória e da difusão cultural;	<p>* Construir e publicar, em 2012, um documento de constituição (missão, objetivos, abrangência do acervo, localização, instalações, corpo funcional, atribuições) que contemple a atual Biblioteca do INES (acervo bibliográfico, documental e audiovisual); as atuais Bibliotecas ou Salas de Leitura de diferentes segmentos da Educação Básica; o atual Museu e o atual Arquivo Morto do Instituto como uma só unidade específica, na forma de <i>Centro de Informação, Memória, Documentação e Difusão Cultural na Área da Surdez</i>, gerenciado por Bibliotecário(a) efetivo(a), incluindo nesse documento diretrizes de relacionamento com Centros similares e com Bases de Dados Nacionais e Internacionais e inserindo o referido Centro no novo Regimento Interno do INES;</p> <p>* Elaborar um Termo de Referência e licitar um projeto de adequação da estrutura física, mobiliário e equipamentos do edifício atualmente utilizado pela Biblioteca do INES, respeitadas normas de acessibilidade.</p> <p>* Ampliar o quadro de profissionais dedicados ao futuro Centro por meio de lotação de mais Bibliotecários, além de Técnicos Administrativos de Nível Médio; Museólogo; Arquivista e Historiador;</p>
XVIII - Promover ação constante junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, relacionadas às potencialidades das pessoas surdas, na perspectiva de sua inclusão social e cidadania;	* Realizar em 2013, em articulação com a Comunicação Social do MEC, uma campanha sobre os surdos, com spots televisivos e cartazes para todo o Brasil.
XIX – Ampliar as ações de difusão de conhecimentos na área da surdez, bem como da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, por meio da Educação a Distância.	<p>* Estruturar a área de educação a distância no INES;</p> <p>* Promover a utilização do Estúdio do INES nos processos de educação a distância;</p>

Gestão Institucional

Objetivos Estratégicos (PDI)	Plano de Ação
XX – Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.	<p>* Publicar, em 2012, o Plano Anual de Capacitação – PAC do INES, que definirá as diretrizes e ações para o desenvolvimento dos servidores do INES, nos termos da legislação e normativas vigentes, tendo como referência o Plano Plurianual e como norte a melhoria da eficiência e eficácia dos processos e a qualidade dos serviços prestados à sociedade e ao cidadão surdo;</p> <p>* Realizar, em 2012, um mapeamento das competências relacionadas aos diferentes setores do Instituto;</p>

	<p>* Fazer em 2012 um diagnóstico do perfil de formação e qualificação da força de trabalho do INES e relacioná-lo às competências;</p>
<p>XXI – Promover, no INES, de maneira articulada entre os diferentes setores, a Gestão da Sustentabilidade Ambiental, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.</p>	<p>* Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; à separação de resíduos recicláveis;</p> <p>* Construir, em 2012, um documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores;</p>
<p>XXII – Estruturar, no INES, a área de Gestão da Tecnologia da Informação - TI, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.</p>	<p>* Realizar concurso público para o provimento de vagas relacionadas à Gestão da Tecnologia da Informação;</p> <p>* Promover o mapeamento da Gestão da Tecnologia da Informação no INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem quesitos de: planejamento; recursos humanos de TI; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços de TI;</p> <p>* Realizar um mapeamento das demandas dos diferentes setores em relação às prioridades da agenda institucional;</p> <p>* Construir um documento de diretrizes da Gestão da Tecnologia da Informação no INES;</p> <p>* Disponibilizar, em 2012, a nova página do INES na internet, observados os critérios de acessibilidade definidos para os órgãos da administração pública federal.</p>
<p>XXIII – Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações.</p>	<p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - do bom atendimento ao cidadão; - da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; - da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; - da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas.

2.2.Estratégias de atuação

Os Objetivos Estratégicos traçados – bem como o correspondente Plano de Ação – foram fruto de um processo de discussão e construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016.

A divulgação deu-se por meio de: apresentações abertas no auditório do INES; envio das versões do texto à representação dos diferentes segmentos representados no Conselho Diretor do Instituto para compartilhamento com os pares e defesa do texto final em reunião aberta do Conselho Diretor. Após sua aprovação naquela Instância, por unanimidade, o documento foi divulgado via Intranet.

No início de cada ano letivo, os Departamentos finalísticos e não-finalísticos do INES, bem como a Assessoria da Direção Geral, apresentam a toda a comunidade INES, em auditório, relatos acerca dos Objetivos traçados para o ano anterior, do Plano de Ação adotado e dos correspondentes Resultados alcançados. Nesse momento, são explicitados alguns riscos ou obstáculos para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, e também listadas algumas linhas de ação para o exercício seguinte.

As principais estratégias adotadas em 2012, no âmbito do Instituto, foram:

- a) análise e formulação em políticas públicas e gestão (incluindo indicadores);
- b) realização de concursos públicos;
- c) estabelecimento de parcerias com outros entes do Poder Público e com a iniciativa privada;
- d) realização de eventos;
- e) realização de cursos regulares e cursos livres;
- f) produção de materiais de apoio na área da surdez e educação de surdos;
- g) cooperação técnica com entes federados;
- h) participação de servidores em eventos de capacitação;
- i) criação de comissões *ad hoc*.

A seguir, descrevemos os principais riscos ou obstáculos ao cumprimento dos Objetivos Estratégicos, bem como as correspondentes ações adotadas para enfrentá-los:

Riscos ou obstáculos ao cumprimento dos Objetivos Estratégicos	Ações implementadas para mitigar os riscos ou obstáculos identificados
a) A discussão do Plano Nacional de Educação 2011-2020 ensejava um risco para o Instituto especificamente em um item, a Meta 4, que na redação original não contemplava a ação do INES, deixando-o fora do contexto de planejamento estratégico do Ministério onde se insere.	O Instituto articulou contatos no Rio de Janeiro e em Brasília, inclusive no Congresso Nacional, e encaminhou proposta de redação alternativa que foi integralmente contemplada na redação final do Projeto de Lei 8.035/2010, aprovado pelo Congresso Nacional e no aguardo de sanção presidencial.
b) Há déficit, na força de trabalho, em diversas áreas fundamentais para os Objetivos Estratégicos, como Professor do Magistério Superior e Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Na Educação Superior, o risco relaciona-se ao	Há necessidade de distribuição dos cargos criados pela Lei 12.677, de 2012, e da conseqüente autorização de Concurso Público para provimento de vagas. O INES realizou contatos em Brasília visando acelerar tal providência, mas para não comprometer o direito de alunos da Educação

<p>compromisso do INES de conduzir um curso de Pedagogia na modalidade a distância para todo o Brasil; na Educação Básica, o risco relaciona-se ao grande número de docentes em vias de se aposentar.</p>	<p>Básica e da Educação Superior fez-se necessária a contratação de professores substitutos. Em 2012, o Instituto abriu Concurso Público para algumas áreas importantes, mas ainda permanece a necessidade para a Educação Básica e a Educação Superior.</p>
<p>c) Incapacidade da atual instalação elétrica do Instituto de atender com eficácia e segurança às necessidades de todos os setores.</p>	<p>Há necessidade de uma nova subestação de energia elétrica para atender às necessidades de todo o Instituto, e foram feitas as negociações com os órgãos competentes para que venha a ser instalada em 2013.</p>
<p>d) Dificuldades na formalização do processo de contratação de empresa para realização de exames periódicos.</p>	<p>Realizaram-se reuniões mensais com a Consultora Jurídica da União no Rio de Janeiro e foi firmado Termo de Cooperação Técnica com o Núcleo Estadual no Rio de Janeiro do Ministério da Saúde, visando à implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS (exames periódicos, perícias médicas, avaliações de inativos e atividades para a promoção da saúde do servidor). Com isso, as dificuldades foram sanadas e a medida estará implementada em 2013.</p>
<p>e) Falta de Intérprete LIBRAS / Português para ampliação da oferta de cursos de extensão, no âmbito da Educação Superior.</p>	<p>Em dezembro de 2012, foi lançado Edital de Concurso Público que incluiu vagas para Intérprete de LIBRAS / Português.</p>
<p>f) A baixíssima velocidade do link de Internet do INES inviabilizaria em pouco tempo as medidas de promoção de acessibilidade no Portal do Instituto, bem como a execução dos Objetivos Estratégicos relacionados à educação a distância (ministrar curso de graduação para 10 polos em diferentes regiões do Brasil).</p>	<p>Parceria entre o INES, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa/RNP e as Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa / RedeComep viabilizou um novo link de Internet com velocidade de 1 Gbps (o anterior era de 6Mbps), em fase de validação a partir de janeiro de 2013. Essa parceria potencializará a utilização e acessibilidade do portal INES – que veicula conteúdos em vídeos regularmente para o público surdo – bem como a realização de cursos a distância para o Brasil. O chefe da Divisão de Informática realizou capacitação pela RNP.</p>
<p>g) Alunos do INES com sérias limitações locomotoras poderiam ser levados a deixar os estudos caso não fossem adotadas medidas em transporte capazes de viabilizar seu acesso ao Instituto e sua circulação por suas dependências.</p>	<p>O INES adotou duas providências: promoveu adaptações em seu veículo oficial destinado a transporte externo e adquiriu veículo elétrico leve, para realização do transporte desses alunos nas alamedas do próprio Instituto, de modo que tenham acesso aos diferentes atendimentos que realizam.</p>
<p>h) As condições estruturais do edifício e mobiliário que abrigavam a Biblioteca do Instituto colocavam em risco o valioso acervo, considerado de referência na área da surdez.</p>	<p>Foi elaborado Termo de Referência, feita a licitação e iniciada a reforma e restauro do edifício da Biblioteca INES.</p>
<p>i) O fato de muitas profissionais das áreas de Audiologia e Fonoaudiologia estarem próximas de sua aposentadoria sinalizou o risco de descontinuidade do elevado número de atendimentos que o INES oferta nesse campo à comunidade e a seus alunos.</p>	<p>Foram demandados e obtidos cargos para o Quadro do INES, e em dezembro de 2012 lançou-se Edital de Concurso Público para preenchimento de 8 vagas nessas áreas.</p>

2.3.Execução

Os resultados de execução das ações empreendidas para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos no PDI INES 2012-2016 seguem delineados por área de abrangência

Políticas Públicas e Relações Institucionais

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
* Construir a partir de 2012 o Mapa Nacional da Surdez no Brasil, por meio de parcerias.	* O INES, em 2012, estreitou laços com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, com o INEP-MEC e com o Ministério da Saúde. Em 2013 será elaborada proposta do mapeamento.	* A proposta de mapeamento demanda um leque amplo de interlocutores e em 2012 o Plano Nacional de Educação, a construção do Plano Anual de Capacitação e a construção de novos indicadores mobilizaram os esforços coletivos.	* A implementação se encontra em andamento.
* Construir texto propositivo ao PNE 2011-2020.	* O texto propositivo foi elaborado, encaminhado ao Congresso Nacional e contemplado na redação final do Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação.	-x-	* O INES consolidou seu papel político no cenário da educação nacional, em sintonia com os anseios das comunidades surdas brasileiras.
* Apoiar pesquisas.	* Foram constituídos 6 grupos de pesquisa no âmbito do Departamento de Ensino Superior e foi apoiado o desenvolvimento de 32 pesquisas cadastradas na Divisão de Estudos e Pesquisas do INES.	-x-	Estuda-se constituir parceria com outra IFE com vistas a registro de grupo de pesquisa no Diretório do CNPq, uma vez que o INES ainda não possui programa de pós Stricto Sensu.
* Subsidiar formulação de políticas públicas.	* Foram realizados 2 eventos importantes, com especialistas de todo o Brasil nas áreas de Fonoaudiologia e Audiologia.	-x-	* Os eventos recolocaram o INES no debate sobre as políticas nacionais de Saúde Auditiva.
* Matricular anualmente 600 pessoas com curso de LIBRAS, criar Núcleo de Estudos de LIBRAS e realizar Exame de	* O INES alcançou a matrícula de mais de 1.000 pessoas em cursos presenciais de LIBRAS ao longo de 2012. * Em 2012 funcionou um Núcleo dedicado ao Estudo da LIBRAS, formado por surdos, intérpretes, professores e pesquisadores, que está construindo um	-x-	* O INES consolidou-se em seu papel de referência em políticas linguísticas relacionadas às comunidades surdas.

Certificação Pró-LIBRAS.	<p>glossário de termos acadêmicos na área de Pedagogia.</p> <p>* Em 2012, o INES organizou a logística da realização do Exame Pró-LIBRAS e contou com mais de 7.000 candidatos inscritos de todo o Brasil.</p> <p>* O INES promoveu um grande Festival de Cinema com produções realizadas por surdos integralmente em LIBRAS.</p>		
* Redefinir Política de Pesquisa e definir mecanismos de apoio a estudos pós-graduados..	<p>* Em 2012, o Departamento de Ensino superior construiu sua Política de Pesquisa, que já está sendo implementada.</p> <p>* Em 2012, o INES construiu e aprovou seu Plano Anual de Capacitação de Servidores – PAC INES e Programa de Apoio, que a partir de 2013 passam a contemplar também o apoio a estudos pós-graduados.</p>	-x-	* Outras medidas deverão ser adotadas em 2013, como a adoção de uma Política Editorial, a constituição de um Comitê de Ética em Pesquisa e outras. O PAC também inicia sua implantação em 2013.

Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
* Matricular 60 novos alunos no curso de graduação em Pedagogia; aperfeiçoar modelo de Edital de concurso;	<p>* O INES alcançou a meta de matrículas no curso de graduação, e o curso teve a maior demanda desde sua criação. Também foi positivo o índice de permanência: 82,3% dos alunos ingressantes mantiveram-se no curso.</p> <p>* Em 2012, foi aprovada a Lei 12.677, que cria cargos inclusive para o INES. Aguarda-se a distribuição e a autorização para realização de concurso público para o Magistério Superior.</p> <p>* Em 2012, o INES lançou Edital de Concurso Público para Intérpretes de LIBRAS – Português.</p>	Ainda falta material acadêmico em LIBRAS, de grande importância para o desenvolvimento do aluno surdo. Têm sido produzidos filmes com material didático em LIBRAS, com supervisão linguística pela Diretora do Departamento de Ensino Superior, atuação de intérpretes de Libras / Português e consultoria de professor surdo.	O sucesso na implementação da graduação a da pós-graduação Lato Sensu – mesmo consideradas as grandes dificuldades enfrentadas pela escassez de Docentes efetivos, de Intérpretes e de Técnicos Administrativos, bem como de suporte em TI para gestão acadêmica – credenciou o INES a ser indicado pelo MEC para, dentro do Programa <i>Viver sem Limite</i> , da Presidência da República, conduzir um novo curso de graduação em Pedagogia bilíngue na modalidade a distância, para 10 polos em diferentes regiões brasileiras, alcançando 300

<p>* Manter a oferta de pós-graduação Lato Sensu;</p> <p>* Promover a Semana Pedagógica.</p>	<p>* Em 2012, foi definido no âmbito do Ministério da Educação que os Curso de Licenciatura em Letras (LIBRAS e Português) serão realizados pelas Universidades Federais.</p> <p>* Em 2012, foi aperfeiçoado o modelo de Edital de Concurso Público. Aguarda-se a distribuição dos cargos criados pela Lei 12.677, de 2012.</p> <p>* Manteve-se a oferta de pós-graduação Lato Sensu, em Educação Bilíngue, com grande procura – 200 candidatos inscritos – e preenchimento de 40 vagas, sendo 20 delas reservadas a candidatos surdos.</p> <p>* Em 2012, foi construído indicador de desempenho relacionado ao acompanhamento de egressos.</p> <p>* Em 2012, realizou-se a Semana Pedagógica do INES, com 365 inscritos e 20 convidados externos.</p>		<p>alunos, surdos e não-surdos. Ao mesmo tempo, o Instituto, ao acumular experiência bem sucedida na oferta de pós-graduação Lato Sensu, credencia-se para, a partir de 2014, conforme Objetivo Estratégico do PDI, construir programa de pós-graduação Stricto Sensu.</p>
<p>* Construir documentos com diretrizes para pesquisa e constituir grupos de pesquisa.</p>	<p>* Foram publicados documentos orientadores da atividade de pesquisa no âmbito do Departamento de Ensino Superior (Normas e Política, respectivamente): Portarias INES nº 032 e nº 033, de 30 de janeiro de 2012, publicadas no Boletim de Serviço nº 1/2012.</p> <p>* Foram constituídos seis grupos de pesquisa, em atividade, com docentes da Educação Superior e da Educação Básica, dedicados a temas relacionadas à educação de surdos e à LIBRAS.</p>	<p>-x-</p>	<p>* Espera-se que os resultados das ações implementadas credenciem o INES a propor a criação de um programa de pós-graduação Stricto-Sensu a partir de 2014, que também constitui Objetivo Estratégico institucional.</p>
<p>* Definir uma política de extensão.</p>	<p>* No Boletim de Serviço INES nº 6, de 30.6.2012, foi publicada a Portaria nº 154/2012, que instituiu normas para as atividades de extensão. Também em 2012, foi ofertado um curso de Extensão – Pedagogia, Educação Científica e Surdez, com 20 alunos.</p>	<p>* A ampliação da oferta de cursos demanda planejamento, bem como ampliação do quadro de Intérpretes LIBRAS / Português. Em 2012, foi aberto concurso Público para preenchimento de vagas desse cargo. Mas faltam também Docentes efetivos e Técnicos Administrativos.</p>	<p>* Em 2013, haverá esforço de ampliar a oferta. A nomeação de Intérpretes aprovados no Concurso Público lançado no final de 2012 ampliará as possibilidades de implementação.</p>

		Aguarda-se a distribuição dos cargos criados pela Lei 12.677, de 2012.	
--	--	--	--

Educação Básica: Colégio de Aplicação

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Elaborar novo modelo de Edital de Concurso Público.</p> <p>* Alcançar a matrícula de 500 alunos no CAP INES.</p> <p>* Ampliar o quadro de profissionais por meio de concurso, incluindo Intérpretes e Professores de LIBRAS.</p> <p>* Reorganizar a sistemática de trabalho da Coordenação pedagógica.</p> <p>* Desvincular atendimento fonoaudiológico do currículo.</p> <p>* Construir indicadores para o</p>	<p>* Em 2012, foi elaborado novo modelo de Edital, contemplando a valorização da experiência de trabalho com surdos e o conhecimento da LIBRAS. Nesse mesmo ano, começou a ser adotado em Concurso Público.</p> <p>* Alcançada a meta de matrícula no Colégio de Aplicação do INES.</p> <p>* Docentes da Educação Básica foram incentivados a fazer o Curso de LIBRAS.</p> <p>* Foi lançado, em 2012, Concurso Público para Intérprete de LIBRAS e Professor de LIBRAS, sendo demanda a proficiência.</p> <p>* Fórum Pedagógico, promovido pela Coordenação Pedagógica do CAP-INES, discutiu práticas da Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio. Quatro dias de debate, um tema por dia: organização curricular; critérios de avaliação; singularidade de alunos surdos e bilinguismo;</p> <p>* Efetivada a desvinculação do atendimento fonoaudiológico da matriz curricular.</p> <p>* Construídos indicadores para Educação Básica do INES, incluindo, entre outros aspectos, o nível de</p>	<p>* As ações vêm sendo implementadas, mas se faz necessário superar o déficit do quadro docente, principalmente em face do número de professores próximos da aposentadoria. Aguarda-se a distribuição de cargos criados pela Lei 12.677, de 2012, para posterior realização de Concurso Público.</p>	<p>* Faz-se necessária melhoria na gestão da informação relativa ao aluno. Trabalha-se na perspectiva de um cadastro único. Espera-se também uma melhor organização do trabalho docente, por meio de Portaria a ser aprovada pelo Conselho Diretor.</p>

<p>CAP INES.</p> <p>* Aperfeiçoar a gestão da informação no CAP INES.</p> <p>* Viabilizar acesso à educação profissional.</p> <p>* Realizar projetos de inclusão digital com os alunos.</p> <p>* Estimular a produção artística dos alunos.</p>	<p>proficiência em LIBRAS do docente.</p> <p>* Adotada a prática de entrevistas, pela Coordenação Pedagógica, sobre a trajetória do aluno;</p> <p>* Ao longo de 2012 foram feitas negociações com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para adesão do INES ao Pronatec / Viver sem Limite, formalizada em 2013, que viabilizará a inserção de alunos surdos em cursos técnicos do Instituto Federal do Rio de Janeiro e escolas do Sistema S.</p> <p>* Em 2012, iniciou-se projeto de distribuição de tablets, primeiramente pelo corpo docente. Ao mesmo tempo, alunos do Colégio foram capacitados em técnicas cinematográficas.</p> <p>* Em 2012, realizou-se o I FESTCINES – Festival de Cinema do INES, com público de 450 pessoas, e produções alunos surdos feitas em LIBRAS.</p>		
---	--	--	--

Saúde, Surdez e Educação

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Realizar atendimento para diagnóstico.</p>	<p>* Realizados 8.117 (oito mil cento e dezessete) procedimentos (por “procedimento”, entende-se: anamnese, consulta inicial, audiometria tonal liminar, discriminação vocal incluindo limiar de recepção e detecção de fala, audiometria infantil, imitanciometria, emissão otoacústica, audiometria de tronco cerebral, indicação adaptação e ganho de aparelho, consulta por otorrinolaringologista), em atendimento a 684 alunos e a 3.124 pessoas da comunidade.</p>	<p>-x-</p>	<p>* Consolida-se a importância do campo da Saúde Pública no conjunto de competências institucionais, o que sinaliza a necessidade de se redefinir o lugar desse campo na estrutura organizacional do Instituto, para aperfeiçoar a gestão e potencializar resultados.</p>

<p>* Produzir materiais de orientação e apoio.</p> <p>* Definir perfil e quantitativo de profissionais em saúde para concurso.</p> <p>* Fazer com que profissionais de saúde frequentem curso de LIBRAS.</p> <p>* Melhorar gestão da informação e atendimento.</p> <p>* Estabelecer parcerias com entes públicos relacionadas a diagnóstico.</p> <p>* Construir indicadores para Saúde.</p> <p>* Disseminar</p>	<p>* Produzido material impresso e em DVD relativo às ações na área de audiologia e fonoaudiologia: folder, DVD Quando se Escuta com os Olhos e DVD Implante Coclear.</p> <p>* Publicado o Edital de 4/12/2012, que abriu o Concurso Público nº 09/2012, destinado ao provimento de vagas em cargos do Quadro de Pessoal do INES. Contempladas 14 (catorze) vagas na área de Saúde, a saber: Assistente Social (1); Enfermeiro (1); Fisioterapeuta (1); Fonoaudiologia (4); Fonoaudiologia – Audiologia (4); Nutricionista (1); Psicólogo (1); Terapeuta Ocupacional (1);</p> <p>* Profissionais das áreas de Audiologia, Fonoaudiologia, Psicologia e Serviço Social frequentaram Curso de LIBRAS.</p> <p>* A partir da efetivação de novos profissionais, será reestruturado em 2013 o atendimento em saúde a esse público do INES.</p> <p>* Transferida a perícia médica de servidores federais do INES para o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor do Rio de Janeiro - SIASS-RJ possibilita readequação dos serviços de saúde do INES, para melhor atenção à saúde da pessoa surda;</p> <p>* Iniciadas interlocuções visando parcerias com Secretarias de Saúde do Estado e Município do Rio de Janeiro, relativas ao diagnóstico da surdez;</p> <p>* Foram construídos indicadores de desempenho institucional relacionados à relação Saúde – Surdez.</p> <p>* Promovidos dois eventos importantes – a</p>		
---	--	--	--

<p>conhecimento produzido na área.</p> <p>* Realizar convênio relativo a aparelho auditivo e implante coclear.</p> <p>* Elaborar termo de referência para fornecimento de baterias para aparelho.</p>	<p>Primeira Jornada de Audiologia Infantil do INES e o II Encontro sobre Implante Coclear – e firmado convênio com a UFRJ relativo à obtenção e adaptação de aparelho auditivo e à avaliação e procedimento de implante coclear, o INES retomou seu papel no debate nacional sobre políticas públicas de Saúde Auditiva. Além disso, profissionais da área de Saúde participaram de assessorias técnicas do INES em todo o Brasil.</p> <p>* Definida no âmbito do Colégio de Aplicação a desvinculação do atendimento fonoaudiológico da matriz curricular. Em 2013, deverá ter sequência a reorganização do atendimento clínico.</p> <p>* Firmado convênio com a UFRJ relativo à obtenção e adaptação de aparelho auditivo, bem como avaliação e procedimento de implante coclear, nos termos da Política Nacional de Saúde Auditiva;</p> <p>* Elaborado Termo de Referência para fornecimento regular de baterias de aparelho auditivo aos alunos do Instituto que o utilizam.</p>		
---	--	--	--

Gestão do Conhecimento

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
* Elaborar uma Política Editorial.	* Elaborado, no âmbito da Comissão Editorial designada, documento de Política Editorial do Instituto, que em 2013 será analisado pelo Conselho Diretor.	-x-	* A Política Editorial será analisada pelo Conselho Diretor em 2013.

<p>* Viabilizar editoração eletrônica de periódicos.</p> <p>* Produzir materiais de apoio à educação de surdos.</p> <p>* Construir glossário de termos técnicos para apoiar participação de surdos na educação profissional.</p> <p>* Produzir materiais em LIBRAS, segundo interesse das comunidades surdas.</p>	<p>* Participação de Bibliotecária do INES no Treinamento de Publicação de Revistas Científicas Eletrônicas utilizando o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER, ministrado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, para adquirir conhecimentos e construir competências necessárias à transformação de nossas publicações hoje impressas em periódicos eletrônicos;</p> <p>* Produzido DVD Interativo em Desenho Animado - João e Maria (aquisição de Língua Portuguesa e LIBRAS) e avançada a versão de Livro em LIBRAS – “Linguagem e Cognição – As Reflexões de Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem”, de autoria de Edwiges M. Morato.</p> <p>* Em 2012 avançaram as negociações que culminaram com a assinatura de Termo de Adesão ao Pronatec / Viver sem Limite em 12.3.13.</p> <p>* O Laboratório de Novas Tecnologias do INES tem produzido diversos materiais em LIBRAS, desde Editais filmados de Concursos Públicos, passando por resenhas filmadas de textos acadêmicos, spots para o Portal INES, registro de aulas e de eventos pedagógicos, materiais para pós-graduação, etc.</p>		
<p>* Realizar Congresso Pluridisciplinar.</p> <p>* Efetivar intercâmbio de</p>	<p>* Realizado o XI Congresso Internacional / VII Seminário Nacional, com 814 participantes de todo o Brasil.</p> <p>* Redimensionado serviço de permuta.</p>	<p>-x-</p>	<p>* O encontro com os CAS abre possibilidade de ampliação da participação de surdos brasileiros no Pronatec / Viver sem Limite.</p>

<p>publicações.</p> <p>* Realizar eventos anuais.</p>	<p>* Eventos realizados: Fórum Educação, Linguagem e Surdez: 586 participantes; XI Seminário do Grêmio Estudantil INES: 212 participantes; VIII Encontro de Pais: 345 participantes.</p>		
<p>* Implantar cooperação técnica com a Baixada Fluminense.</p> <p>* Criar sistema de informação e acompanhamento da cooperação técnica.</p> <p>* Estabelecer contatos e parcerias com CAS relativos a políticas.</p>	<p>* Efetivadas 23 assessorias técnicas para 14 municípios brasileiros, incluindo a Baixada Fluminense, alcançando 1.455 profissionais, 90% deles ligados à educação de surdos, principalmente da rede pública.</p> <p>* Nas ações de Cooperação Técnica com municípios, o INES passou a demandar que as prefeituras informem resultados de levantamentos acerca do número de surdos do município, perfil, tipo de atendimento ofertado, etc. Além de impulsionar o autoconhecimento dos municípios, ajudará o INES a compatibilizar a cooperação às necessidades locais;</p> <p>* Realizado, no auditório do Instituto, o I Encontro do INES com os Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS. Participaram 33 (trinta e três) representantes de Centros de todas as regiões brasileiras (15 Estados), visando mapear demandas de apoio, identificar ações que poderão ser realizadas em parceria e acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas relacionadas à surdez. O encontro foi avaliado como Ótimo por 89% dos participantes.</p>	<p>-x-</p>	<p>* Ainda se faz necessária a criação de um sistema de acompanhamento da Cooperação Técnica.</p>
<p>* Redimensionar atuação da Biblioteca.</p>	<p>* Redimensionados os trabalhos da Biblioteca do INES, incluindo: atualização do cadastro de usuários; agendamento para a realização de pesquisas; organização do acesso a computadores; gerenciamento do acervo de periódicos, com</p>	<p>-x-</p>	<p>* Em 2013 espera-se concluir a reforma da Biblioteca. O INES buscará autorização para novos concursos.</p>

<p>* Reformar e restaurar edifício que abriga a Biblioteca.</p> <p>* Ampliar quadro de profissionais especializados nas áreas de Informação e Memória.</p>	<p>atualização do serviço de permuta; participação das Bibliotecárias na Comissão Editorial do Instituto; informatização de todos os produtos e serviços, incluindo o serviço de referência virtual (atendimento via e-mail e redes sociais); comunicação em mídias diversas, contemplando igualmente o usuário surdo e atendimento bilíngue, com Bibliotecárias fluentes em LIBRAS;</p> <p>* Elaborado Termo de Referência, realizada a licitação e iniciada a reforma da Biblioteca do INES.</p> <p>* Concurso Público lançado em dezembro de 2012 incluiu vaga para Arquivista.</p>		
<p>* Realizar campanhas que valorizem potencialidades dos surdos.</p>	<p>* Em 2012, realizado o I FESTCINES – Festival de Cinema do INES, com 450 participantes e exibição de filmes em LIBRAS.</p>	<p>-x-</p>	<p>* O evento deu visibilidade a trabalhos de jovens surdos criativos e talentosos.</p>
<p>* Estruturar a área de educação a distância.</p>	<p>* Em 2012, foi definido que o INES promoverá a realização de um curso de graduação em Pedagogia na modalidade a distância para 10 polos em todas as regiões do Brasil. Serão 300 vagas, metade delas destinadas a candidatos surdos. Nesse processo, a se iniciar em 2013, o Laboratório de Novas Tecnologias será utilizado para a filmagem de conteúdos didáticos.</p> <p>* A Portaria INES nº 260, de 11 de outubro de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 10/2012, constituiu Comissão Responsável pelo gerenciamento da implementação da TV INES, dispositivos móveis e plataforma de educação a</p>	<p>-x-</p>	<p>* O INES confirma seu papel de referência na área da surdez e da educação de surdos como agência nacional de formação.</p>

	distância bilíngue para todo o território nacional.		
--	---	--	--

Gestão Institucional

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
* Construir e publicar o Plano Anual de Capacitação.	<p>* Em 2012, foi discutido coletivamente, elaborado, aprovado em Conselho Diretor e publicado – Portaria 308, de 30 de novembro de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 11/2012 – o Plano Anual de Capacitação do INES e seu respectivo Programa de Apoio à Capacitação de Servidores.</p> <p>* A Portaria nº 191, de 17 de julho de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 7/2012, publicou Critérios de Afastamento para Cursos de Pós-Graduação de Docentes do INES.</p> <p>* Programa-se para 2013 a realização desse mapeamento.</p> <p>* Programa-se para 2013 fazer esse diagnóstico.</p>	-x-	* No início de 2013 foi constituída a Comissão responsável, que já começa a receber demandas de apoio da parte de servidores.
* Mapear condições e definir diretrizes de sustentabilidade.	<p>* A partir de 2012, todos os Editais lançados pelo INES passaram a considerar os critérios de sustentabilidade indicados pela legislação vigente e pelos órgãos de controle.</p> <p>* Em 2012, foi adquirido veículo elétrico – bem como realizada adaptação de veículo oficial - para promoção de acessibilidade, na área do Instituto, a alunos com sérias limitações locomotoras, nos termos do Decreto nº 5.296, de 2004;</p>	* O INES planeja qualificar servidores para atuação específica nesse campo.	

<p>* Realizar concurso público para área de Gestão da Tecnologia da Informação;</p> <p>* Promover mapeamento da Gestão de TI no INES: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços;</p> <p>* Formular diretrizes da Gestão da TI no INES;</p> <p>* Disponibilizar nova página do INES na internet, observados critérios de acessibilidade.</p>	<p>* Em dezembro de 2012 foi lançado Concurso Público que incluiu o provimento de 3 vagas de Analista de Tecnologia da Informação. Outras vagas deverão surgir em 2013, com a participação do INES no Programa Viver sem Limite, da Presidência da República, para realização de curso de graduação na modalidade EAD.</p> <p>* A Portaria INES nº 150, de 5 de junho de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 6/2012, designou servidores efetivos e qualificados para a composição da Comissão Responsável pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação do INES.</p> <p>* Os mapeamentos e o documento de diretrizes serão realizados em 2013.</p> <p>* Em 2012, foi apresentado o novo Portal do INES na internet, e vêm sendo construídas adaptações para observância dos critérios de acessibilidade, bem como da Lei de Acesso à Informação.</p> <p>* Parceria INES - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa/RNP e Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa / RedeComep viabilizou um novo link de Internet com velocidade de 1 Gbps (o anterior era de 6Mbps), em fase de validação a partir de janeiro de 2013. Essa parceria potencializará a utilização e acessibilidade do portal INES – que veicula conteúdos em vídeo para pessoas surdas – bem como a realização de cursos a distância para o Brasil.</p>	<p>* Demanda-se autorização para concurso em outros cargos de TI, e o quadro efetivo completo é algo relevante para o adequado tratamento dessa área considerada estratégica.</p>	
<p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à</p>	<p>* Realizadas reuniões mensais com a Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>* Implantada a Ouvidoria do Servidor e o Serviço de Informação ao Cidadão. Para viabilizar a</p>	<p>O Departamento responsável esteve mobilizado para viabilizar muitas obras necessárias, o que tornou difícil dedicar a atenção devida a esse campo. Pretende-se fazê-lo em 2013.</p>	

<p>eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - do bom atendimento ao cidadão; - da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; - da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; - da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas. 	<p>adoção de medidas de ajuste às determinações da Lei de Acesso à Informação, houve participação de servidores – uma Assessora da Direção Geral e o Diretor do Departamento de Planejamento e Administração – em capacitação relativa aos Sistemas Eletrônicos correspondentes, em Brasília-DF.</p> <p>* Por meio da Portaria nº 127, de 8 de maio de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 5/2012, foi constituída Comissão Responsável pelo Desfazimento de Bens de Informática Inservíveis.</p> <p>* Cadastrados todos os imóveis existentes na área do INES no Sistema de Patrimônio da União – SPIUnet.</p> <p>* Firmado Termo de Cooperação Técnica com o Núcleo Estadual no Rio de Janeiro do Ministério da Saúde, visando à implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS (exames periódicos, perícias médicas, avaliações de inativos e atividades para a promoção da saúde do servidor);</p> <p>* Desenvolvido Banco de Cadastramento de Empresas para captação de pesquisas mercadológicas por parte da Comissão Permanente de Licitação – CPL.</p> <p>* Duas servidoras participaram de eventos de Capacitação, nas áreas de Gestão da Logística Pública e Gestão de Pessoas (parceria MEC – MPOG/ENAP);</p> <p>* Criadas duas Comissões: uma Técnica, composta por 1 Engenheiro Civil, 1 Engenheiro Eletricista e 1 Arquiteto, e outra de Fiscalização de Obras.</p>		
--	--	--	--

2.4. Indicadores

2.4.1. Indicadores institucionais finalísticos

2.4.1.1. EDUCAÇÃO BÁSICA

2.4.1.1.1. Relação candidato / vaga

Objetivo: aferir em que medida a escolarização bilíngue ofertada pelo Colégio de Aplicação do INES atende à procura por vagas na Educação Básica por parte de surdos, via ingresso ou transferência.

Horizonte: atender integralmente a demanda da comunidade onde se situa o Colégio, bem como de surdos que não têm atendimento próximo de sua residência e também as situações de transferência, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

Equação básica: relação candidato / vaga é igual ao número de surdos cadastrados em situação de pré-ingresso ou transferência dividido pelo número de vagas ofertadas pelo Colégio de Aplicação do INES.

Resultado: O número de vagas ofertadas foi determinado pela meta do PDI = 600. O número de surdos matriculados foi de 557. Equação: $557 / 600 = 0,93$.

Análise crítica:

O INES atendeu integralmente à demanda de vagas (ingresso + transferência), mas ficou um pouco aquém da meta estipulada no PDI (alcançou 93% da meta estipulada). A crescente oferta de educação bilíngue em escolas-polo do município do Rio de Janeiro, bem como o processo de inclusão escolar que alcança outras regiões de origem de nossos alunos – como a Baixada Fluminense – têm impacto sobre esse quesito.

2.4.1.1.2. Relação alunos / docente em tempo integral

Objetivo: aferir em que medida os alunos do Colégio de Aplicação contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação de docentes em tempo integral na oferta de escolarização do INES.

Equação básica: a relação alunos / docente em tempo integral é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

Obs.: contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

Resultados: Em 2012, havia 100 (cem) docentes em Atividades de Interação com os Educandos, sendo 75 (setenta e cinco) regentes de turma, efetivos do Quadro do INES e substitutos contratados, e 15

regentes de turma do Quadro do IFRJ, em exercício temporário no INES. Outros 10 (dez) docentes do Quadro do INES não exerceram regência de turma naquele ano letivo, mas sim atividades pedagógicas complementares com educandos (laboratórios, oficinas, etc.). O número de alunos em processo de escolarização (deduzidas as atividades de atendimento diferenciado de alunos surdos com outros comprometerimentos e as atividades de preparação para vestibular) foi de 514 (quinhentos e catorze). Incluímos no cálculo apenas os professores regentes de turma (90) e os alunos da escolarização (514). O resultado da operação $514 / 90 = 5,7$.

Análise crítica:

O aluno do INES conta com um bom quadro de docentes dedicados integralmente ao ensino, considerados os seguintes fatores nesta instituição especializada:

- a) as peculiaridades do alunado (surdez severa e profunda);
- b) o fato de o INES receber muitas crianças ou mesmo jovens sem língua adquirida e em grande medida oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- c) o crescente ingresso de alunos surdos com outras condições de saúde nas turmas de escolarização (síndromes, quadros psiquiátricos, outras deficiências associadas).

Espera-se manter esse patamar, dado que estão previstas aposentadorias em grande número. Aguardamos a distribuição dos cargos criados pela Lei 12.677, de 2012, para que possamos realizar Concurso Público.

2.4.1.1.3. Índice de titulação do quadro docente efetivo

Objetivo: mapear o grau de titulação do corpo docente efetivo para orientar ações relativas ao apoio à sua qualificação, na perspectiva da melhoria de seu desempenho pedagógico e da consequente melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos do Colégio.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo docente efetivo do CAP-INES.

Equação básica: índice de titulação do corpo docente efetivo é igual a $N \times 0,5 + G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$ dividido por $N + G + A + E + M + D$, onde N = curso normal; G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

Resultados:

$N = 3 \times 0,5$	$G = 11 \times 1$	$A = 1 \times 2$	$E = 83 \times 3$	$M = 48 \times 4$	$D = 4 \times 5$
$N = 1,5$	$G = 11$	$A = 2$	$E = 249$	$M = 192$	$D = 20$

Equação: $475,5 / 150 = 3,16$

Análise crítica:

Considerando-se que a média entre uma pontuação mínima de 150 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo com graduação – e uma pontuação máxima de 750 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo com doutorado – seria de 450 pontos, vemos que o INES ocupa uma posição intermediária – o que o resultado do cálculo confirma – e deve melhorar seu resultado nesse Indicador.

Hoje, apenas 34% do efetivo docente possuem titulações mais elevadas e 10% desse mesmo efetivo mantêm-se praticamente na titulação mínima exigida para o cargo. A implementação do Plano Anual de Capacitação e de seu Programa de Apoio a partir de 2013 deverá colaborar para a mudança desse quadro nos próximos anos.

2.4.1.1.4. Relação entre docentes substitutos e número total de docentes

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento à diretriz governamental e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de professores substitutos em relação ao total de professores do Colégio de Aplicação.

Equação básica: número de professores substitutos dividido pelo número total de professores e multiplicado por 100.

Resultados: O cálculo considerou de um lado docentes efetivos concursados (do Quadro do INES ou do Quadro do IFRJ – estes em exercício temporário) e de outro docentes contratados. Desse modo, temos 11 (onze) professores substitutos contratados para um total de 176 docentes: $11 / 176 = 0,06$.

Análise crítica:

O Colégio apresenta apenas 6% de docentes terceirizados, e deve diminuir sensivelmente, senão zerar esse resultado, assim que forem distribuídos os cargos pela Lei 12.677 de 2012 para realização de Concurso Público.

2.4.1.1.5. Taxa de prontidão docente para a educação bilíngue

Objetivo: aferir em que medida os docentes das diferentes etapas da Educação Básica têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue, em atendimento ao disposto no Decreto 5.626, de 2005.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores da Educação Básica do INES habilitados para a educação bilíngue com sujeitos surdos.

Equação básica (deverão ser feitos 4 (quatro) cálculos, um por Etapa de Ensino): número de professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio do CAP-INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores da respectiva Etapa de Ensino, no CAP-INES.

Resultados: O cálculo foi efetuado considerando-se apenas os professores respondentes de questionário aplicado pela Direção do Colégio. Outras possibilidades de aferição deverão ser consideradas no próximo exercício, dado o fato de que profissionais mais antigos do Instituto dominam

bem a Libras pelo tempo de convívio e trabalho com surdos, mas muitos não chegaram a fazer curso de Libras e tampouco obtiveram Certificado de Proficiência. Os resultados por Etapa foram estes:

Etapa SEDIN: $4 / 8 = 0,5$ (50%)

Etapa CAAF: $2 / 2 = 1,0$ (100%)

Etapa SEF1 (1º segmento): $19 / 29 = 0,65$ (65%)

Etapa SEF2 (2º segmento): $17 / 54 = 0,31$ (31%)

Etapa SEME: $1 / 5 = 0,2$ (20%)

Análise crítica:

Os resultados podem ser melhorados, mas deve-se considerar que uma parte do Quadro Docente domina Libras sem ter feito Curso ou possuir Certificação, e outra parte do Quadro é formada por professores novos, que ainda estão fazendo estudos dessa língua. O INES deverá adotar medidas de incentivo à prontidão linguística para a educação bilíngue de seus docentes.

2.4.1.1.6. Taxa de evasão escolar

Objetivo: dimensionar o fenômeno da evasão escolar com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

Horizonte: diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

Equação básica: número de alunos de cada etapa da Educação Básica do INES (vide item 6) desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados em cada etapa da Educação Básica no início do ano letivo.

Resultados: O número de alunos desligados ao final do ano letivo = 37. O número de alunos matriculados no início do ano letivo = 557. Equação: $37 / 557 = 0,07$.

Análise crítica:

O resultado de permanência de 93% dos alunos matriculados é positivo, mas deve ser dada atenção ao fenômeno da evasão motivada por situações de vulnerabilidade socioeconômica. Uma das ações possíveis é a implementação de um Programa de Assistência Estudantil a partir de 2013.

2.4.1.1.7. Taxa de utilização da biblioteca do INES

Objetivo: aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente e docente do CAP INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por eles.

Horizonte: ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca pelos alunos.

Equação básica: número de acessos à Biblioteca por parte de alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio (SEF2 e SEME) e de docentes desses segmentos em Atividades de Interação com Educandos (acesso = pesquisa em terminais de internet + pesquisa de itens do acervo + empréstimo de itens do acervo) dividido pelo total de alunos SEF2 e SEME + total de docentes SEF2 e SEME.

Resultados:

Docentes SEF2 e SEME + Alunos SEF2 e SEME = (48) + (294) = 342

Acessos Docentes SEF2 e SEME + Acessos Alunos SEF2 e SEME = (10) + (129) = 139

Equação: Acessos / Docentes + Alunos = 139 / 342 = **0,40**

Análise crítica:

Os resultados, de uma taxa de 40% de utilização, mostram a necessidade de dinamizar o acesso à Biblioteca. Uma das propostas já previstas no PDI é a criação, no primeiro semestre de 2013, de uma Comissão responsável pela avaliação e aquisição de acervo. Outra proposta é avaliar e ampliar ou diversificar as atividades relacionadas à prática da leitura.

2.4.1.1.8. Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez

Objetivo: Dimensionar a participação dos docentes em Atividades de Interação com Educandos em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do CAP-INES.

Equação básica: Número de docentes em Atividades de Interação com Educandos do Colégio de Aplicação que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano, dividido pelo número de docentes do CAP-INES.

Resultados: Dos 100 docentes em exercício de Atividades de Interação com Educandos no CAP, contabilizamos apenas os docentes efetivos do INES em sala de aula ou laboratórios e oficinas, que são 74 (setenta e quatro). Desses, 41 (quarenta e um) realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento. Equação: 41 / 74 = **0,55**.

Análise crítica:

O resultado de 55% de engajamento de docentes do Colégio em atividades de pesquisa e extensão atende às expectativas, dado que a Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, ratificou o entendimento de que são atividades inerentes à carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico “o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão institucional”. Em 2013, será fixada norma interna para organização do trabalho docente que deverá, a partir de 2014, criar condições para que essa importante dimensão da função docente possa ser exercida neste centro de referência.

2.4.1.1.9. Índice de tempestividade no atendimento educacional infantil

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento a crianças surdas na Educação Infantil do INES se realiza no tempo certo em relação à ocorrência da surdez nessas crianças, na perspectiva de orientar ações institucionais e interinstitucionais que, reduzindo tal intervalo, assegurem a tais alunos adequado desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Horizonte: Diminuir progressivamente a diferença entre a idade média de ocorrência da surdez (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) em crianças atendidas na Educação Infantil do INES e a idade média de início do seu atendimento nessa Etapa de Ensino, por parte do Instituto.

Equação básica: Idade média de Início do Atendimento em Educação Infantil - IAEI das crianças matriculadas nessa etapa de ensino no INES menos idade média de Ocorrência (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) da Surdez (de *causa conhecida* – pré-natal, perinatal ou pós-natal – ou *idiopática*) - OS, onde IAEI é obtida pela soma das idades de ingresso de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças e OS é obtida pela soma das idades de ocorrência da surdez de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças, sendo atribuído 0 (zero) ano para os casos individuais de surdez de causa pré-natal ou perinatal.

Obs.: As *causas conhecidas* da surdez podem ser divididas em: **pré-natais** (hereditárias ou relacionadas a doenças adquiridas pela mãe durante a gravidez, tais como rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus, herpes, intoxicações intrauterinas; agentes físicos como raio X, alterações endócrinas como diabetes ou tireóide, ou ainda relacionadas a carências alimentares; **perinatais** (traumatismos obstétricos; anóxia); **pós-natais** (doenças infecciosas; bacterianas – ex.: meningites, otites, inflamações agudas ou crônicas das fossas nasais e da naso-faringe; virais; intoxicações; trauma acústico). A surdez é dita *idiopática* quando sua causa é desconhecida.

Resultados:

A) Idade média de início do atendimento no INES

- Soma das idades de ingresso na Educação Infantil: 107
- Número de crianças matriculadas na Educação Infantil: 44
- Equação: $107 / 44 = 2,43$

B) Idade média de ocorrência da surdez (1ª audiometria)

- Soma das idades de ocorrência da surdez: 84;
- Número de crianças: 44;
- Equação: $84 / 44 = 1,91$

Resultado final: (A) - (B) = $2,43 - 1,91 = 0,52$

Análise crítica:

Faz-se necessário diminuir a diferença entre os fatores desse Indicador, por meio de ações interinstitucionais no âmbito da implementação das políticas de saúde auditiva, bem como por meio de campanhas de comunicação social sobre prevenção e diagnóstico.

2.4.1.1.10. Taxa de sucesso nas ações de preparação para o trabalho e a geração de renda

Objetivo: aferir em que medida as ações de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece à comunidade, na perspectiva da promoção do Trabalho Decente, têm possibilitado a permanência e a conclusão com aproveitamento por parte de pessoas surdas adultas.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas que concluem com aproveitamento os cursos de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece à pessoas surdas da comunidade.

Equação básica: número de concluintes dos cursos dividido pelo número de ingressantes.

Resultados: Houve 453 ingressantes nos cursos e 398 concluintes. Equação: $398 / 453 = 0,88$.

Análise crítica:

O resultado de 88% de sucesso nos cursos é positivo, mas deve ser aliado a uma pesquisa de satisfação com os participantes, bem a um levantamento de aptidões e interesses das pessoas surdas. É preciso definir os cursos que contemplem tanto os interesses e aptidões dos surdos quanto as demandas do mercado de trabalho ou as possibilidades efetivas de geração de renda.

2.4.1.1.11. Índice de efetividade na transição para o Trabalho Decente

Objetivo: aferir em que medida as oportunidades de acesso ao Trabalho Decente às quais o INES encaminha pessoas surdas cadastradas – via estágio, treinamento em serviço, participação em processo seletivo, ou via qualificação pela Bolsa-Formação do Pronatec – têm se traduzido em contrato de aprendizagem ou contrato de trabalho firmado entre essas pessoas e as empresas ofertantes das vagas.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas com mais de 14 anos de idade e cadastradas pelo INES que, por meio do acesso a estágio, treinamento em serviço, processo seletivo ou qualificação via Bolsa-Formação do Pronatec, alcançaram efetiva inserção em Trabalho Decente.

Equação básica: número de pessoas Surdas ingressantes em Trabalho Decente - STD, onde STD equivale ao resultado da soma de contratos individuais de aprendizagem ou de trabalho firmados, dividido pelo número de Oportunidades de Acesso ao Trabalho tornadas disponíveis pelo INES - OAT, onde OAT resulta da soma de A + B + C + D, sendo A = oportunidades de estágio; B = oportunidades de treinamento em serviço, C = participação em processo seletivo e D = qualificados por Bolsa-Formação do Pronatec.

Observação: Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

Resultados: Em 2012, houve 339 (trezentas e trinta e nove) oportunidades de acesso ao trabalho (entre estágios, treinamento em serviço – como os do Programa Jovem Aprendiz – e participação em processo seletivo) e, das pessoas surdas participantes, 192 (cento e noventa e duas) efetivaram contratos de aprendizagem ou de trabalho. Equação: $192 / 339 = 0,56$.

Análise crítica:

O resultado de 56% de efetivações no trabalho é positivo, inclusive porque outros fatores devem ser considerados, dentre eles a própria adaptação da organização à nova situação. Em 2013, será implementada nova estratégia, por meio da participação do INES como demandante no Pronatec *Viver sem Limite*. Isso deverá alavancar contratações de pessoas surdas.

2.4.1.2. EDUCAÇÃO SUPERIOR

2.4.1.2.1. Quadro C.7.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS					
	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de professores equivalentes	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
1. Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	213	190	164	158	164	116
Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Alunos de residência médica (AR)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de alunos tempo integral de residência médica	NA	NA	NA	NA	NA	NA

(ARTI)					
--------	--	--	--	--	--

NA – Não se Aplica.

2.4.1.2.2. Quadro C.7.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS					
	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Participação Estudantil (GPE)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2. Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,12	3,12	3,15	3,55	3,56	3,8
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	NA					

NA – Não se Aplica.

Análise crítica:

Nos termos da Portaria TCU 123, de 2011, e com base em consulta informal à CGU, firmamos o entendimento de que os componentes dos indicadores em tela, de maneira geral (alunos em tempo integral; envolvimento discente com pós-graduação [Stricto Sensu]; conceito CAPES/MEC para pós-graduação [Stricto Sensu]; hospital universitário; residência médica; oferta semestral de cursos) não correspondem à realidade de uma instituição como o INES – que tão-somente mantém um curso de graduação (desde 2006) e um de especialização Lato Sensu (desde 2008) – e sim à de Universidades Federais. Nos quadros acima, assinalamos NA nos casos que correspondem a esse entendimento.

Com respeito ao resultado do item 2 - IQCD, temos a observar que a instituição iniciou a implementação de seu curso de graduação, em 2006, com apenas 8 (oito) professores efetivos, 4 deles com doutorado, e com esse quadro se manteve nos primeiros anos de implementação, inclusive perdendo uma doutora aprovada em concurso para a UFRJ. Com a ampliação do número de turmas, fez-se necessária a contratação de professores via processo seletivo e isso impactou nos resultados do Índice. Em 2013, com o compromisso assumido no âmbito do Ministério da Educação de conduzir um curso de graduação a distância de abrangência nacional, serão atribuídos novos cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para o Quadro de Pessoal do INES, o que deverá ter impacto positivo sobre a qualificação docente.

A seguir, apresentamos outros Indicadores para o campo da Educação Superior, construídos pela Instituição:

2.4.1.2.3. Relação candidato / vaga

Objetivo: aferir em que medida a Educação Superior ofertada pelo INES atende à procura por vagas por parte de surdos e ouvintes.

Horizonte: atender integralmente a demanda das pessoas surdas e não-surdas por Ensino Superior, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

Equação básica: relação candidato / vaga é igual ao número de candidatos em processo seletivo para ingresso no curso de graduação em Pedagogia dividido pelo número de vagas ofertadas pelo INES para o referido curso no ano letivo.

Resultado: Relação Candidato/Vaga					
2012	2011	2010	2009	2008	2007
5	4	1,8	1,5	1,5	1,2

Análise crítica:

O desenvolvimento do Curso, sua divulgação e a inserção de egressos têm contribuído para o expressivo aumento da demanda. O INES, em decorrência disso, redefiniu os turnos em que oferta sua graduação – inicialmente Tarde e Noite, agora Manhã e Noite – visando atender à condição do aluno trabalhador.

2.4.1.2.4. Relação alunos / docente em tempo integral

Objetivo: aferir em que medida os alunos do Ensino Superior do INES contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação de docentes em tempo integral na oferta de Ensino Superior pelo INES.

Equação básica: a relação alunos / docente em tempo integral é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

Obs.: contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

Resultado: Relação Alunos/Docente em tempo integral					
2012	2011	2010	2009	2008	2007
11,5	10,8	9,3	9	13,1	10,5

Análise crítica:

A demanda vem crescendo, como se viu nos resultados do Indicador 3, e se espera, para 2013, uma ampliação do número de professores efetivos e com boa titulação.

2.4.1.2.5. Relação entre docentes substitutos e número total de docentes

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de professores substitutos em relação ao total de professores do Ensino Superior do INES.

Equação básica: número de professores substitutos dividido pelo número total de professores.

Resultado: Relação Docentes substitutos/total de docentes					
2012	2011	2010	2009	2008	2007
0,55	0,63	0,61	0,61	0,3	0,27

Análise crítica:

Como já informado, ao longo da implementação fez-se necessária a contratação de professores para assegurar a realização dessa ação e atender aos direitos dos alunos. Projeta-se reduzir sensivelmente em 2013 – ano em que o Instituto realizará Concurso Público para o Magistério Superior – o ainda elevado percentual (55%) de professores substitutos em relação aos efetivos no ano letivo de 2012.

2.4.1.2.6. Taxa de prontidão docente para a educação bilíngue

Objetivo: aferir em que medida os docentes da graduação ofertada pelo INES têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores habilitados para a educação em contexto bilíngue com sujeitos surdos e não-surdos.

Equação básica: número de professores do Ensino Superior do INES (graduação) com curso completo de Língua de Sinais ou com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores do Ensino Superior do INES (graduação).

Resultado: Taxa de prontidão docente para educação bilíngue					
2012	2011	2010	2009	2008	2007
0,24	0,26	0,27	0,27	0,07	0,09

Análise crítica:

A necessidade de contratação de professores substitutos, já mencionada, bem como a dificuldade de, por essa via, obter profissionais conhecedores da LIBRAS, explicam os resultados desse indicador. Existe rotatividade na mão de obra, o que também compromete o aprofundamento na competência linguística para a educação bilíngue. O novo modelo de Edital elaborado – que valoriza conhecimento da LIBRAS – e a atribuição de cargos vagos para realização de Concurso Público em 2013 deverão melhorar significativamente esse Resultado.

2.4.1.2.7. Taxa de sucesso no Ensino Superior

Objetivo: aferir em que medida a formação inicial desenvolvida pelo INES possibilita que os ingressantes no Ensino Superior do Instituto completem os estudos no respectivo tempo recomendado.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem no prazo recomendado o curso de graduação INES em que se matricularam.

Equação básica: número de concluintes de graduação dividido pelo número de ingressantes 4 (quatro) anos antes.

Resultado: Taxa de sucesso no Ensino Superior					
2012	2011	2010	2009	2008	2007
0,46	0,22	0,17	0,11	X	X

Análise crítica:

Alguns fatores interferem nos resultado deste Indicador, como as dificuldades enfrentadas por alunos surdos na elaboração de suas monografias, a estruturação de recursos tecnológicos e humanos para registro filmado de apresentação em LIBRAS, e os trancamentos de matrícula motivados principalmente por questões de trabalho ou de vulnerabilidade socioeconômica. O INES vem investindo em ações que deverão melhorar esses resultados: geração de material de apoio acadêmico (resenhas) em LIBRAS; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia; elaboração de livro acadêmico em LIBRAS; criação de Programa de Assistência Estudantil para estudantes em situação de pobreza; mudança dos turnos em que se desenvolve o Curso, etc.

2.4.1.2.8. Taxa de evasão

Objetivo: dimensionar o fenômeno da evasão com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

Horizonte: diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

Equação básica: número de alunos do Ensino Superior INES (graduação) desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados na graduação INES no início do ano letivo.

Resultado: Taxa de Evasão					
2012	2011	2010	2009	2008	2007
0,11	0,07	0,07	0,10	0,06	0,06

Análise crítica:

O INES tem controlado o fenômeno da evasão, a ponto de aferir que 82,3% dos alunos que ingressaram desde o início do curso mantiveram suas matrículas ativas. As medidas mencionadas na Análise Crítica do Indicador nº 7 encontram-se em desenvolvimento e deverão colaborar para melhores resultados nos próximos anos.

2.4.1.2.9. Taxa de utilização da biblioteca do INES

Objetivo: aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente do INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por docentes e discentes da Educação Superior do Instituto.

Horizonte: ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca Especializada Vicente Penido Burnier pelos alunos e professores da Educação Superior do Instituto.

Equação básica: número de acessos (incluindo as situações de consulta ao acervo e de empréstimo de item do acervo) de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação) dividido pelo total de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

$$377 \text{ acessos de alunos e } 25 \text{ acessos de docentes} / 213 \text{ alunos} + 21 \text{ docentes} = 402 / 234 = 1,71$$

Taxa de utilização da biblioteca do INES					
2012	2011	2010	2009	2008	2007
1,71	X	X	X	X	X

Análise crítica:

Os alunos têm utilizado com frequência a Biblioteca, mas os docentes podem fazê-lo com mais regularidade. De todo modo, o resultado é positivo, mas pode melhorar nos próximos anos. Medida a ser adotada em 2013, em conformidade com o PDI, é a constituição de uma Comissão responsável pela avaliação e aquisição de acervo.

2.4.1.2.10. Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez

Objetivo: Dimensionar a participação dos docentes do Ensino Superior do INES em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do Ensino Superior INES.

Equação básica: Número de docentes da Educação Superior INES (graduação e pós-graduação) que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano dividido pelo número de docentes do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

Observação: Para todos os fins de cálculo, docentes que ministrem aulas tanto na graduação quanto na pós deverão ser contabilizados apenas uma vez.

Resultado: Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez					
2012	2011	2010	2009	2008	2007
0,90	0,89	0,61	0,61	0,61	0,72

Análise crítica:

O resultado indica um alto grau de compromisso dos docentes com o papel de referencialidade do INES na área da surdez. Com a realização de Concurso Público para o Magistério Superior em 2013, espera-se manter e ampliar esse Resultado.

2.4.1.2.11. Taxa de participação de alunos do Ensino Superior em atividades de monitoria e iniciação científica

Objetivo: Dimensionar o grau de envolvimento dos discentes do Ensino Superior INES (graduação) nas atividades de monitoria e iniciação científica.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de alunos em ações de monitoria e iniciação científica, para o aperfeiçoamento de sua formação e ampliação de horizontes de inserção futura na vida acadêmica – na docência, na pesquisa ou em ambas.

Equação básica: Número de alunos de graduação que participaram de atividades de iniciação científica ou monitoria no ano letivo dividido pelo número de alunos de graduação INES habilitados, nos termos das normas vigentes, a participar de tais atividades.

Resultado: Taxa de participação de alunos do Ensino Superior em atividades de monitoria e iniciação científica					
2012	2011	2010	2009	2008	2007
0,09	X	0,02	0,02	X	X

Análise crítica:

A instalação dos programas de apoio é recente e a participação ainda incipiente reflete esse fato, assim como se relaciona ao quadro – a ser superado em 2013 – de rotatividade no quadro docente.

2.4.1.2.12. Avaliação do curso de Graduação do INES segundo egressos

Objetivo: aferir a adequação da proposta curricular e das competências construídas no curso de graduação em Pedagogia do INES em relação à empregabilidade e às habilidades e competências requeridas no exercício profissional com base na percepção de seus egressos, como um balizamento para intervenções que se mostrem necessárias em termos de: currículo; planos de ensino; metodologias; perfil / qualificação do corpo docente; prontidão para a educação bilíngue; recursos didáticos, etc.

Horizonte: ampliar gradativamente a percepção positiva por parte dos egressos por meio de ações que aperfeiçoem o planejamento e desenvolvimento do curso de Pedagogia do INES.

Equação básica: percentuais médios obtidos a partir do posicionamento de egressos com respeito a afirmações sobre o curso bilíngue de graduação em Pedagogia do INES:

Com relação ao curso de Pedagogia do INES, de que você participou, expresse sua opinião com base em sua trajetória no curso e posterior inserção (ou não) no trabalho:

1. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram ótimas condições de empregabilidade e foram fundamentais para que eu alcançasse uma excelente inserção profissional, mostrando-se altamente relevantes para um exercício profissional competente.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

2. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram boas condições de empregabilidade, foram importantes para que eu alcançasse uma boa inserção profissional e se mostraram em boa medida condizentes com o que é requerido para um bom exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

3. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram razoáveis condições de empregabilidade e contribuíram para minha inserção no trabalho, mostrando-se adequados ao que é requerido no exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

4. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram pouca condição de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se aquém do que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

5. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, não me asseguraram condições de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se incompatíveis ou insuficientes em relação ao que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

Observação: Em 2013, o Instituto iniciará debate e formulação de uma Política de Acompanhamento de Egressos, que dará origem a uma sistemática de gestão da informação capaz de nutrir com dados o correspondente indicador.

2.4.1.3.REFERENCIALIDADE NA ÁREA DA SURDEZ

2.4.1.3.1. Índice de efetividade da ação do INES na transição do diagnóstico de surdez à escolarização formal

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento em saúde auditiva ofertado pelo INES à comunidade tem concorrido para a efetivação do direito de pessoas surdas à educação.

Horizonte: Ampliar gradativamente, por meio da ação institucional e interinstitucional, a contribuição da ação diagnóstica do INES na área da surdez para a efetivação dos direitos de pessoas surdas à educação.

Equação básica: Número de pessoas de 0 a 14 anos de idade com surdez diagnosticada pela Divisão de Audiologia do INES – DIAU que foram encaminhadas formalmente para matrícula na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) – do INES ou de outras instituições escolares – dividido pelo número de pessoas de 0 a 14 anos de idade com surdez diagnosticada pela DIAU-INES.

Observação: Em 2013, o INES construirá formulários que serão preenchidos no ato de agendamento / atendimento em audiologia, para nutrir com dados este Indicador.

2.4.1.3.2. Índice de efetividade da ação do INES na transição do diagnóstico de surdez ao Trabalho Decente

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento em saúde auditiva ofertado pelo INES à comunidade tem concorrido para a efetivação do direito de pessoas surdas ao Trabalho Decente.

Horizonte: Ampliar gradativamente, por meio da ação institucional e interinstitucional, a contribuição da ação diagnóstica do INES na área da surdez para a efetivação dos direitos de pessoas surdas ao Trabalho Decente, abrangendo, para esses sujeitos, as situações de: ingressar na Educação Profissional ou Formação Inicial / Continuada regular, inclusive por meio de Bolsa-Formação do Pronatec; firmar Contrato de Aprendizagem (maiores de 14 e menores de 24 anos, nos termos da Lei 11.180, de 2005); firmar Contrato de Trabalho, ainda que em regime de experiência (maiores de 16 anos, nos termos da CLT); participar de processo de reabilitação profissional (art. 203 da Constituição; Decreto 129, de 1991, que promulga a Convenção 159, da OIT; Decreto 3.048, de 1999).

Equação básica: Número de pessoas com idade mínima de 14 anos, com surdez diagnosticada pela DIAU-INES, que foram encaminhadas para: matricular-se em curso de Educação Profissional ou Formação Inicial / Continuada regular, inclusive por meio de Bolsa-Formação do Pronatec; firmar Contrato de Aprendizagem; firmar Contrato de Trabalho, ainda que em caráter de experiência; ou participar de processo de Reabilitação Profissional junto ao INSS, dividido pelo número de pessoas com idade mínima de 14 anos, com surdez diagnosticada pela DIAU-INES.

Observação 1: Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

Observação 2: Em 2013, o INES construirá formulários que serão preenchidos no ato de agendamento / atendimento em audiologia, para nutrir com dados este Indicador.

2.4.1.3.3. Taxa de sucesso em Curso de Libras

Objetivo: aferir em que medida o ensino de Libras desenvolvido pelo INES tem assegurado permanência e conclusão com bom aproveitamento.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem com sucesso sua aprendizagem de Libras em curso ministrado pelo INES.

Equação básica: número de concluintes com aproveitamento do Curso de Libras nos dois semestres letivos dividido pelo número de matriculados nos dois semestres letivos.

Resultados: 803 concluintes / 1.102 matriculados = **0,73**

Análise crítica:

O resultado alcançado indica um bom quadro de permanência e conclusão no Curso de Libras (73%), mas pode ser melhorado. Em 2013, será resolvido o problema de terceirização por meio de um Concurso Público aberto em dezembro de 2012. Contar com professores de Libras qualificados e efetivos deverá concorrer positivamente para o sucesso do Curso nos próximos anos.

2.4.1.3.4. Índice de qualificação da produção editorial científica do INES na área da surdez

Objetivo: aferir em que medida o produto editorial *Espaço*, informativo científico do INES a partir da nova Política Editorial – que visa difundir o conhecimento resultante de pesquisa na área da surdez – atende aos requisitos estipulados pelo Sistema Qualis, da Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, para passar do Grau B4 para o Grau B3 até 2015. Buscar melhores resultados na avaliação do periódico científico institucional favorecerá a democratização do acesso à informação e ao conhecimento (via disponibilização on-line e indexação em bases de dados), em observância às diretrizes da Lei 12.527, de 2011 (art.3º, incisos II: “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” e III: “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”), bem como a captação e divulgação de artigos originais de pesquisadores de ponta na área da surdez, em cumprimento ao papel do Instituto como Centro de Referência.

Horizonte: elevar o resultado da avaliação do período científico *Espaço*, do INES, no Sistema Qualis, da Capes, de B4 para B3 até 2015, por meio do cumprimento anual dos critérios próprios do Grau almejado. A meta é alcançar e manter o resultado 1, que indicará que todos os 10 quesitos estão plenamente atendidos.

Equação básica: número de itens plenamente atendidos pelo periódico científico *Espaço*, do INES, em relação aos critérios estipulados para o Grau B3 no Qualis Capes, dividido pelo total de 10 (dez) critérios estipulados para o Grau B3 no Qualis Capes, a seguir discriminados:

- “1 – (X) É publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica;
- 2 – (X) Atende às normas editoriais da ABNT ou equivalentes (no exterior);
- 3 – (X) Tem circulação nacional;
- 4 – (-) Está disponível on-line;
- 5 – (X) Possui periodicidade mínima de 2 números anuais;
- 6 – (-) Apresenta regularidade na edição dos números;

- 7 – (-) Possui conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições;
- 8 – (X) Publica ao menos 12 artigos por ano, com diversidade institucional dos autores;
- 9 – (X) Pelo menos 40% de artigos estão vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico;
- 10 – (-) Está indexado em, pelo menos, 2 bases de dados nacionais ou internacionais.”

Observações: 1. Nos termos do sítio < <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis> >:

“Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.”

2. Nos termos do Documento de Área - Educação, disponível no sítio < <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam> >, os critérios que possibilitam a um periódico alcançar a classificação B3 são os seguintes:

“Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalentes (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições . Publicar no mínimo 12 artigos por ano, garantindo diversidade institucional dos autores; pelo menos 40% de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 2 bases de dados nacionais ou internacionais.”

Resultados: vide preenchimento dos quesitos acima: **60%**.

Análise crítica:

O Resultado de 60% de atendimento dos critérios sinaliza a possibilidade de se alcançar, no médio prazo, uma elevação no Grau obtido no Sistema Qualis. Para tanto, desde 2012, vêm sendo adotadas algumas medidas:

- a) Foi construída, no âmbito da Comissão responsável, uma minuta de Política Editorial para o Instituto, a ser divulgada, analisada e aprovada em 2013;
- b) Uma das Bibliotecárias do Instituto – também integrante de nossa Comissão Editorial – participou de Curso relacionado à editoração eletrônica de periódicos;
- c) Foram solicitados ao Ministério do Planejamento cargos para o Quadro de Pessoal do INES relacionados ao seu papel editorial, incluindo Revisor de Texto; Tradutor e Intérprete; Jornalista; Fotógrafo; Web Designer, etc..

2.4.1.3.5. Índice de democratização do acesso ao conhecimento e à informação na área da surdez, produzido e/ou disseminado pelo INES.

Objetivo: aferir em que medida os conhecimentos e informações gerados e/ou veiculados pelo INES via produção editorial (vídeos institucionais, anais de eventos, livros, publicações avulsas, periódicos escaneados ou em versão eletrônica, documentos históricos, etc.) têm seu acesso democratizado – em cumprimento ao papel do Instituto como Centro de Referência e em observância às diretrizes da Lei 12.527, de 2011 (art.3º, incisos II: “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” e III: “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”), no sentido de estarem disponíveis para visualização e/ou *download* no Portal do Instituto na internet, observadas as normas de acessibilidade e respeitados os direitos autorais e demais dispositivos legais vigentes.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de itens da produção editorial do INES disponíveis no Portal do Instituto na internet.

Equação básica: número de itens (títulos) da produção editorial do INES plenamente disponíveis no Portal do Instituto na internet dividido pelo número de itens (títulos) catalogados da produção editorial do INES.

Resultados: Segundo dados de 2012, os títulos catalogados da produção editorial do INES são 18 (dezoito), 9 em texto e 9 em vídeo, a saber:

1. TEXTO

- Anais do Congresso (registro de evento)
- Arqueiro (periódico técnico)
- Espaço (periódico técnico-científico)
- Fórum (registro de evento)
- Série Histórica – vols. 1 e 2 (documentos históricos do acervo)
- Vivendo Ciências (livro do aluno)
- Direitos da Pessoa Surda (manual)
- DST /AIDS (manual de orientação)
- INES: 150 anos (livro)

2. VÍDEO

- Série Educação de Surdos – vols. 1 a 10
- Arca de Noé
- Atlas Geográfico
- Cá entre Nós
- Dicionário de Libras
- Imagens do Invisível
- Implante Coclear
- Quando se Escuta com os Olhos
- Surdocegueira

Desses 18 títulos, apenas 5 (cinco) encontravam-se disponíveis no Portal do Instituto na internet, o que corresponde a 27%.

Análise crítica:

Encontra-se em reformulação o Portal do INES e, além disso, prevê-se a disponibilização de todos os conteúdos nos próximos anos por meio da Web TV que entrará em funcionamento no mês de abril de 2013.

2.4.1.3.6. Taxa de qualificação de profissionais ligados à educação de surdos por meio de eventos locais, nacionais e internacionais promovidos pelo INES.

Objetivo: aferir em que medida os eventos promovidos pelo INES para a difusão de conhecimentos e informações na área da surdez alcançam profissionais ligados à educação de surdos – professores, intérpretes, fonoaudiólogos, gestores de escolas, equipe dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil, entre outros – com vistas a qualificar o atendimento das pessoas surdas em todo o Brasil.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação plena – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de profissionais ligados à educação de surdos nos eventos promovidos pelo INES.

Equação básica: número de profissionais ligados à educação de surdos que alcançaram participação plena nos eventos locais, nacionais e internacionais (Fóruns, Encontros, Seminários, Congressos, etc.) promovidos pelo INES para a difusão de conhecimentos e informações na área da surdez, dividido pelo total de participantes efetivos desses eventos.

Resultados: O total de participantes efetivos desses eventos foi de 2.461 (dois mil quatrocentos e sessenta e uma) pessoas, sendo 1.286 profissionais diretamente ligados à educação de surdos. Equação: $1.286 / 2.461 = 0,52$.

Análise crítica:

O resultado de 52% pode ser explicado pela inclusão de eventos que contaram com uma grande participação de estudantes e familiares de surdos, como o Encontro Estadual de Pais de Surdos e o Festival de Cinema FestCines, mas de que também participaram profissionais. Para o próximo exercício, poderá ser redefinida a abrangência deste Indicador, para um retrato mais fidedigno das ações que buscam alcançar o profissional ligado à educação de surdos.

2.4.1.3.7. Participação de profissionais ligados à educação de surdos em ações de cooperação técnica com Estados e Municípios, promovidas pelo INES.

Objetivo: aferir em que medida as ações de cooperação técnica com Estados e Municípios – promovidas pelo INES para apoiá-los na formulação e implementação de políticas públicas nessa área, visando à inclusão social e educacional das pessoas surdas, e para a difusão de conhecimentos e informações – têm alcançado profissionais ligados à educação de surdos – professores, intérpretes,

fonoaudiólogos, gestores de escolas, equipe dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil, entre outros – com vistas a qualificar o atendimento educacional das pessoas surdas em todo o Brasil.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação plena – inscrição, frequência e conclusão com aproveitamento – de profissionais ligados à educação de surdos nas ações de cooperação técnica do INES com Estados e Municípios – Seminários, Assessorias Técnicas (de responsabilidade do INES) e Palestras de profissionais do INES em eventos locais, a convite dos organizadores.

Equação básica: número de profissionais ligados à educação de surdos que alcançaram participação plena nas ações de cooperação técnica promovidas pelo INES dividido pelo total de participantes nessas ações.

Resultados: Equação: $1.309 / 1.455 = 0,9$.

Análise crítica:

O índice de 90% reflete o interesse despertado bem como sinaliza a efetivação do papel do INES como centro de referência nacional na área da surdez. Deve-se trabalhar para manter e se possível ampliar a participação desse público específico.

3. Estrutura de governança e autocontrole da gestão

Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	x				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		x			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		x			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		x			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		x			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		x			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
Análise Crítica: Como se percebe, algumas barreiras, ainda, precisam ser ultrapassadas para o alcance da efetividade das ações de controle interno. O sucesso na implantação de planos que tendem a modificar rotinas e comportamentos depende, inquestionavelmente, da forma como são conduzidos. Assim, para que tenhamos um efetivo controle interno integrado na nossa Instituição, há que se tomar medidas corretivas ou complementares, a fim de adequar e integrar toda a					

estrutura administrativa ao sistema. Um importante passo neste sentido foi dado no exercício de 2012, quer seja, a realização de concurso público para 03 (três) vagas de Analista de Tecnologia da Informação.

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

4. Programação e execução orçamentária e financeira

4.1. Programas de responsabilidade da UJ

Esta UJ não possui programas de governo sob sua responsabilidade, mas somente ações, conforme explicitado nos itens subsequentes.

4.2. Ações de responsabilidade da UJ

Quadro A.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica					
Descrição	Manutenção das instituições por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da educação básica nas instituições federais de ensino, inclusive Colégio Pedro II, Instituto Nacional de Educação de Surdos e Instituto Benjamin Constant, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessas instituições, dentre outras, aquisição, elaboração, produção e distribuição de material didático-pedagógico e especializado, aquisição de material de consumo e permanente, elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas, atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias, passagens, realização e participação em eventos, investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observados os limites da legislação vigente.					
Iniciativa	02BY-Manutenção das Instituições Federais de Ed. Básica e apoio Financeiro aos entes Federados					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
32.729.910,00	54.290.199,00	30.412.412,34	13.392.383,51		17.020.028,83	13.392.383,51
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade	Meta Física	Meta Financeira		

		de Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno Matriculado	unidade	1710	1987	32.729.910,00	30.412.412,34

Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	4572 -Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação.					
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Educação de Surdos, Ministério da Educação.					
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
391.090,00	714.181,00	112.780,30	112.780,30	-	-	112.780,30
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Capacitado	unidade	293	40	391.090,00	112.780,30

Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2012 -Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados.					
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.					
Unidade Responsável						
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	Pagos
1.152.000,00	1.152.000,00	1.068.828,16	1.068.828,16	-	-	1.068.828,16
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Beneficiado	unidade	316	297	1.152.000,00	1.068.828,16

Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2011-Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados					
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.					
Unidade Responsável						
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
360.000,00	360.000,00	298.309,58	298.309,58	-	-	298.309,58
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Beneficiado	Unidade	195	139	360.000,00	298.309,58

Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	2010 -Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.					
Unidade Responsável						
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.400,00	20.400,00	17.283,80	17.283,80	-	-	17.283,80
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	criança atendida	Unidade	19	17	20.400,00	17.283,80

Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20CW -Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periodicos					
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.					
Unidade Responsável						
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
56.700,00	56.700,00	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Beneficiado	Unidade	315	0	56.700,00	-

Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2004 -Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados e seus Dependentes					
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.					
Unidade Responsável						
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
780.000,00	780.000,00	645.476,00	645.476,00	-	-	645.476,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa Beneficiada	Unidade	684	730	780.000,00	645.476,00

Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	0181 – Pagamento de aposentadorias e pensões – servidores civis					
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou de seus pensionistas.					
Unidade Responsável						
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
30.101.998,00	32.501.998,00	32.494.793,80	32.494.793,80	-	-	32.494.793,80
Metas do Exercício Para a Ação						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa Beneficiada	Unidade	572	568	30.101.998,00	32.494.793,80

Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.					
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004					
Unidade Responsável						
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.026.657,00	4.143.078,00	3.968.037,60	3.968.037,60	-	-	
						3.968.037,60
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor	Unidade	300	295	4.026.657,00	3.968.037,60

Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	20TP – Pagamento de pessoal ativo da União
Descrição	Pagamento de pessoal ativo da União.
Unidade Responsável	
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.189.414,00	20.839.718,00	20.670.594,98	20.670.594,98	-	-	20.670.594,98
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor	Unidade	300	295	20.189.414,00	20.670.594,98

4.3. Execução orçamentária e financeira

4.3.1. Identificação da UO

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INES	26104	152005

4.3.2. Programação de despesas correntes, de capital e de reserva de contingência

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	54.318.069,00	48.266.022,00			33.097.586,00	28.544.003,00
	PLOA	54.318.069,00	48.266.022,00			33.097.586,00	28.544.003,00
	LOA	54.318.069,00	48.266.022,00			33.097.586,00	28.544.003,00
CRÉDITOS	Suplementares	3.166.725,00	6.003.128,00			16.075.182,00	5.000,00
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					

	Créditos Cancelados						400.000,00
Outras Operações							
Total		57.484.794,00	54.269.150,00	0,00	0,00	49.172.768,00	28.149.003,00

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Valores
em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	2.392.514,00	3.080.769,00				
	PLOA	2.392.514,00	3.080.769,00				
	LOA	2.392.514,00	3.080.769,00				
CRÉDITOS	Suplementares	2.408.198,00					
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	3.400.000,00				
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		8.200.712,00	3.080.769,00				

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores
em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	33.097.586,00	28.544.003,00	2.392.514,00	3.080.769,00		
	PLOA	33.097.586,00	28.544.003,00	2.392.514,00	3.080.769,00		
	LOA	33.097.586,00	28.544.003,00	2.392.514,00	3.080.769,00		

CRÉDITOS	Suplementares		16.075.182,00	5.000,00	2.408.198,00			
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos			3.400.000,00			
		Reabertos						
	Créditos Cancelados			400.000,00				
Outras Operações								
Total		49.172.768,00	28.149.003,00	8.200.712,00	3.080.769,00			

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica:

Para análise crítica dos quadros acima, destacamos que o orçamento do INES está dividido em dois grupos de despesas: Despesas Correntes e Despesas de Capital. O primeiro está subdividido em: Pessoal e Encargos Sociais (1) e Outras Despesas Correntes (3).

Já o segundo é composto apenas de Investimentos (4). Em 2012, o orçamento do INES, aprovado na LOA, mais os créditos suplementares, totalizou o montante de R\$ 114.858.274,00 (cento e quatorze milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e setenta e quatro reais) para as despesas correntes e de capital, sendo R\$ 57.484.794,00 (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil e setecentos e noventa e quatro reais) com Pessoal e Encargos Sociais; R\$ 49.172.768,00 (quarenta e nove milhões, cento e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e oito reais) com outras despesas correntes e R\$ 8.200.712,00 (oito milhões, duzentos mil, setecentos e doze reais) com investimentos.

A dotação proposta no PLOA e aprovada na LOA para Despesa com Pessoal e Encargos Sociais, foi de R\$ 54.318.069,00, que comprovadamente não foram suficientes para fazer face às despesas durante o exercício, necessitando de um acréscimo de aproximadamente 5,83%, gerando um crédito suplementar de R\$ 3.166.725,00.

Comparando o Orçamento de Pessoal e Encargos Sociais, do exercício de 2012 com o de 2011, houve um aumento de aproximadamente 5,93% (R\$ 5.623.842,34) ocasionado pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, etc...), instituído pelo Plano de Cargos e Salários através da Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para os docentes.

Em relação às Outras Despesas Correntes, foi proposto o valor de R\$ 33.097.586,00, para o exercício de 2012, registrados na PLOA/LOA, havendo um crédito suplementar no valor de R\$ 16.075.182,00, referente a dotação por superávit financeiro do exercício anterior.

Para as Despesas de Capital, a dotação proposta no PLOA e aprovada na LOA foi da ordem de R\$ 2.392.514,00, onde podemos verificar que houve um crédito suplementar no valor de R\$ 2.408.198,00, também referente a dotação por superávit financeiro do exercício anterior.

4.3.3. Limites impostos por cronograma de desembolso

Nota explicativa: não houve contingenciamento no período.

4.3.4. Movimentação de crédito interna e externa (A.4.11)

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	150014	152005	PT: 12.122.2109.20RH.0001			2.742,65
	Recebidos	152734	152005	PT: 12.122.2109.20RH.0001			1.964,42
	Recebidos	150014	152005	PT: 09.272.0089.0181.0053	136.723,00		
Movimentação Externa	Concedidos	152005	153163	PT: 12.368.2030.20RI.0033			2.253.475,31
	Recebidos	153173	152005	PT: 12.306.2030.8744.0001			29.292,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica:

O quadro A.4.11 considera as movimentações de crédito interna e externa, separados em concedidos e recebidos, quanto às despesas correntes e de capital.

1. Movimentação interna

1.1. Recebidos

1.1.1 – Pessoal e Encargos Sociais

O valor descentralizado pela UG 150014, SPO/MEC, no valor de R\$ 136.723,00, foi para complementar o orçamento de Pessoal e Encargos Sociais, do INES, para cobrir gasto da folha de pagamento de dezembro de 2012, com despesas de exercícios anteriores de pessoal Inativo.

1.1.2 – Outras Despesas Correntes

O valor descentralizado pela UG 150014, no valor de R\$ 2.742,65 e pela UG 152734, no valor de R\$ 1.964,42, referem-se ao Programa do Ministério da Educação, para aquisição de passagens aéreas e pagamento de diárias, que objetiva propiciar Treinamento oferecido pela SPO/MEC (Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC) aos Servidores do INES.

2. Movimentação externa

2.1. Recebidos

2.1.1 – Outras Despesas Correntes

Os créditos orçamentários recebidos por movimentação externa, no valor de R\$ 29.292,00, referem-se ao Programa Nacional de Alimentação Escolar-Merenda, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que objetiva propiciar alimentação adequada aos alunos matriculados na Educação Básica.

No ano de 2012, a despesa com a alimentação dos alunos matriculados no Colégio de Aplicação do INES foi estimada em R\$ 300.000,00. Para esse fim, foram executados em 2012, R\$ 286.362,68, sendo R\$ 257.070,68 de recursos orçamentários do INES e R\$ 29.292,00 de recursos do FNDE. Isso significa que o crédito recebido representa aproximadamente 10,23% do valor total gasto para a referida despesa. Não registramos dificuldades para a cobertura do percentual restante, para a qual foram programados créditos originários da própria Unidade.

2.2. Concedidos

2.2.1 – Outras Despesas Correntes

Na movimentação externa, os valores concedidos em Outras Despesas Correntes, para a UG 153163 (Universidade Federal de Santa Catarina) no valor de R\$ 2.253.475,31 (dois milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e um centavos), que objetiva executar o programa PROLIBRAS, conforme termo de cooperação firmado entre o INES e a UFSC, em 31/08/2012.

4.3.5. Execução de despesas

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	11.323.672,12	6.021.914,84	11.323.672,12	6.021.914,84
a) Convite				
b) Tomada de Preços	226.422,13	105.810,30	226.422,13	105.810,30
c) Concorrência		407.019,84		407.019,84
d) Pregão	11.097.249,99	5.509.084,70	11.097.249,99	5.509.084,70
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	1.976.236,84	1.242.662,46	1.976.236,84	1.242.662,46
g) Dispensa	1.373.400,23	602.114,70	1.373.400,23	602.114,70
h) Inexigibilidade	602.836,61	640.547,76	602.836,61	640.547,76
3. Regime de Execução Especial	11.036,36	9.028,98	11.036,36	9.028,98
i) Suprimento de Fundos	11.036,36	9.028,98	11.036,36	9.028,98
4. Pagamento de Pessoal (j+k...+0)	59.273.097,44	55.768.509,00	59.273.097,44	55.768.509,00
j) Pagamento em Folha	57.152.269,68	53.557.215,69	57.152.269,68	53.557.215,69

k) Diárias	90.930,22	79.361,20	90.930,22	79.361,20
l) Auxílio Alimentação	1.068.828,16	1.107.151,11	1.068.828,16	1.107.151,11
m) Auxílio Transporte	298.309,58	319.166,86	298.309,58	319.166,86
n) Auxílio Creche	17.283,80	18.525,35	17.283,80	18.525,35
o) Ressarcimento Ass. Médica	645.476,00	687.088,79	645.476,00	687.088,79
5. Outros	84.444,97	8.648,89	84.444,97	8.648,89
6. Total (1+2+3+4+5)	72.668.487,73	63.050.764,17	72.668.487,73	63.050.764,17

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica:

Nas Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários, poderemos verificar que esta Unidade tem cada vez mais optado pela modalidade do Pregão Eletrônico, sendo este o mais utilizado para as contratações em 2012.

Podemos dizer que houve uma variação de aproximadamente 101,44%, na modalidade Pregão, utilizada no exercício de 2012, sobre o exercício de 2011.

Quanto à contratação realizada na modalidade de Tomada de Preços, ainda é reflexo de contratações efetuadas em exercícios anteriores, e que ainda encontram-se em vigor no exercício de 2012, pratica esta que não mais vem sendo utilizada.

Quanto às Contratações Diretas, por meio de Dispensas e Inexigibilidades, não há como alterar esses tipos de contratações uma vez que suas maiores incidências dizem respeito aos serviços essenciais à manutenção da Unidade - luz, gás, água e tratamento de esgoto, serviços de publicações em Diário Oficial da União e serviços de Correios - e que comprovadamente não há firmas que executem esses serviços, pois muitos decorrem de contratos de concessões e outros por serem do próprio governo.

No tocante ao pagamento de pessoal, houve uma pequena variação, de aproximadamente 6,29% a mais sobre o exercício de 2011, ocorrendo tal variação pelo próprio aumento vegetativo da folha de pagamento.

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica:

Quanto às Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade, neste quadro podemos verificar que, entre as despesas correntes, certamente aquelas relacionadas à área de pessoal têm maior relevância.

No exercício de 2012 o aumento da folha ocorreu pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional e etc...), instituído pelo Plano de Cargos e Salários - Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para docentes, bem como pela passagem de ativos para a inatividade. Em 2012, a instituição não foi agraciada com o ingresso de novos concursados.

Quanto as Outras Despesas Correntes, apresenta uma grande variação na natureza de despesa, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, se comparado com o exercício de 2011, em virtude de despesas com reformas e restauração de instalações prediais, incluindo revisão e recuperação de toda a rede elétrica do INES, a fim de preservar o conjunto arquitetônico tombado pelo INEPAC e de resguardar o patrimônio institucional, a segurança e a integridade de todos aqueles que circulam pelo Instituto; bem como contrato firmado com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, para prestação de serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão por web – TV INES (interprogramas, chamadas, vinhetas, reportagens, matérias especiais, gravações externas e em estúdio e recuperação de acervos), desenvolvimento, manutenção, atualização e hospedagem de aplicativos para dispositivos móveis e de plataforma de Educação à Distância bilíngue (Português e LIBRAS), ininterruptamente, para todo o território nacional.

Quanto à natureza de despesa - Locações de mão-de-obra, esta unidade visa a suprir a deficiência de pessoal na área meio, onde se encontra a maior concentração de cargos em extinção - pedreiro, carpinteiro, bombeiro, porteiro, motorista, vigilante, etc..., sem os quais não poderíamos manter a unidade funcionando. Por isso a maior variação entre os exercícios de 2012 e 2011.

No quadro Despesa de capital, na natureza de despesa de material permanente, houve uma grande despesa tendo em vista o investimento na aquisição de Tablets para alunos e Professores, alusiva a uma série de ações coordenadas em direção a práticas bilíngues. Destacamos a criação da TV INES que será um canal de notícias em Libras e legendas em Português, meio pelo qual circularão conteúdos produzidos por profissionais e alunos. Todo o conteúdo dessa Rede interna de TV circulará pelas dependências do INES, na intranet, no nosso site e nos tablets; bem como o desenvolvimento de aplicativos para os tablets de modo que os alunos possam levar para casa material produzido pelo professor, em Libras ou em Língua Portuguesa, nas diferentes áreas curriculares.

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	31.181,92	1.746,73	31.181,92	1.746,73
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	31.181,92	1.746,73	31.181,92	1.746,73
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)		736,01		736,01
g) Dispensa		736,01		736,01
h) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	139.537,59	2.835,00	139.537,59	2.835,00
j) Pagamento em Folha	136.720,44		136.720,44	
k) Diárias	2.817,15	2.835,00	2.817,15	2.835,00
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	170.719,51	5.317,74	170.719,51	5.317,74

Fonte: Siafi Gerencial

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida		-		-		-		-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica:

Todos os créditos recebidos por esta Unidade através de descentralização de créditos e ou através de provisões concedidas, foram executados dentro do próprio exercício.

A descentralização concedida pelo FNDE, para a aquisição de alimentação, bem como o repasse concedido pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MEC, para aquisição de passagens, foram efetuadas através de licitação na modalidade de pregão e quanto ao pagamento de diárias estas estão isentas de licitação, não se aplicando qualquer modalidade.

Quanto à provisão recebida da SPO/MEC, no valor de R\$ 136.723,00, foi para complementar o orçamento de Pessoal e Encargos Sociais, do INES, para cobrir gasto da folha de pagamento de dezembro de 2012, com despesas de exercícios anteriores de pessoal Inativo.

Em relação ao quadro A.2.13, no que se refere a despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação, não ocorreram nos exercícios de 2012 e 2011.

5. Tópicos especiais de execução orçamentária e financeira

5.1.Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos

Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
---	---				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
---	---	---	---	---	---
Razões e Justificativas:					
Fonte:					

Nota explicativa: Não houve essa ocorrência no período.

5.2.Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	2.321.951,66	468.441,26	1.487.361,10	366.149,30
2010	6.557.338,90	186.429,01	6.346.209,89	24.700,00
2009	90.859,81	19.248,42	71.611,39	-

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica:

Em 2012, o INES movimentou na conta Restos a Pagar Não Processados o montante inscrito de R\$ 2.346.651,66, tendo sido cancelado o valor de R\$ 468.441,26 e sendo liquidado no valor de R\$ 1.512.061,10, ficando como saldo a pagar no valor de R\$ 366.149,30.

5.3. Transferências de recursos

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Educação de Surdos									
CNPJ: 00.394.445/0273-01					UG/GESTÃO: 152005/0001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3-Termo Cooperação		153163	2.253.552,00	-	800.000,00	800.000,00	31/08/2012	30/04/2013	1- Adimplente

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: Siafi

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome:	Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES
CNPJ:	00.394.445/0273-01
UG/GESTÃO:	152005/00001

Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1			800.000,00		
Termo de Compromisso						
Totais	1	0	0	800.000,00	-	-

Fonte: Siafi

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES					
CNPJ: 00.394.445/0273-01			UG/GESTÃO: 152005/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	1	2.253.552,00	800.000,00	1.453.475,31	35,50%
Termo de Compromisso					
Totais	1	2.253.552,00	800.000,00	1.453.475,31	35,50%

Fonte: Siafi

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente				
Nome:--				
CNPJ:--		UG/GESTÃO:--		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse

2012	Contas Prestadas	Quantidade	--	--	--
		Montante Repassado	--	--	--
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	--	--	--
		Montante Repassado	--	--	--
2011	Contas Prestadas	Quantidade	--	--	--
		Montante Repassado	--	--	--
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	--	--	--
		Montante Repassado	--	--	--
2010	Contas Prestadas	Quantidade	--	--	--
		Montante Repassado	--	--	--
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	--	--	--
		Montante Repassado	--	--	--
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	--	--	--
		Montante Repassado	--	--	--
Fonte:					

Nota explicativa: Não houve prestação de contas no período.

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: --					
CNPJ:--			UG/GESTÃO:--		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			--	--
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	--	--
			Contas Não Analisadas	--	--
		Montante Repassado (R\$)		--	--
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	--	--
			Quantidade Reprovada	--	--
			Quantidade de TCE	--	--
		Contas	Quantidade	--	--

		NÃO Analisadas	Montante Repassado (R\$)	--	--
2011	Quantidade de contas prestadas			--	--
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		--	--
		Quantidade Reprovada		--	--
		Quantidade de TCE		--	--
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		--	--
		Montante repassado (R\$)		--	--
2010	Quantidade de Contas Prestadas			--	--
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		--	--
		Quantidade Reprovada		--	--
		Quantidade de TCE		--	--
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		--	--
		Montante Repassado		--	--
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		--	--
		Montante Repassado		--	--
Fonte:					

Nota explicativa: O INES firmou termo de cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina, UG 153163 (Universidade Federal de Santa Catarina), em 31/8/2012, no valor de R\$ 2.253.475,31 (dois milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e um centavos), para execução do programa PROLIBRAS. O objetivo do PROLIBRAS é viabilizar, por meio de exames de âmbito nacional, a certificação de proficiência no uso e ensino da Libras e de proficiência na tradução da Libras. Não houve prestação de contas no período.

5.4. Suprimentos de fundos e cartões

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
152005	Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES	-	-	11.036,36	11.036,36
UG 2					-
UG 3					-

UG n...						-
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		-	-	11.036,36	11.036,36

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Código da UG 1	Nome da UG			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
Suprido	CPF	Empenho					
		Nº	Data	ND			
				Total Utilizado pela UG			
Código da UG 2	Nome da UG			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
Suprido	CPF	Empenho					
		Nº	Data	ND			
				Total Utilizado pela UG			
				Total Utilizado pela UJ			

Fonte:

O INES não utilizou Conta Tipo “B”.

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1	152005		Limite de Utilização da UG	R\$ 100.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Solange Braga de Moraes	601.521.687-53	20.000,00	-	11.036,36	11.036,36
Total Utilizado pela UG				11.036,36	11.036,36
Código da UG 2			Limite de Utilização da UG		
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	0	-	0	-	70	11.036,36	11.036,36
2011	0	-	0	-	35	9.028,98	9.028,98
2010	0	-	0	-	50	7.738,29	7.738,29

Fonte: Siafi Gerencial e Banco do Brasil

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							3	11.036,36	3	9.028,98	2	7.738,29

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

Análise crítica:

Os recursos utilizados por meio de suprimento de fundos, através do CPGF, durante o exercício de referência foram aplicados em conformidade com a legislação vigente e foram somente utilizados em despesas emergenciais de pequeno vulto.

Não foram utilizados suprimentos de fundos através da conta tipo “B” nem ocorreram saques pelo CPGF.

6. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados

6.1. Estrutura de pessoal da UJ

6.1.1. Força de trabalho e afastamentos

Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	302	276	0	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	302	276	0	20
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	300	274	0	20
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	32	23	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	3	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	337	302	0	20

Fonte:

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	4
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	4
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	

4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	2
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	8

Fonte:

6.1.2. Qualificação da força de trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	9	9	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	9	9	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	8		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo	1	1		
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	52	36	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	51	35		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	61	45	0	0

Fonte:

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária
---------------------	---

	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	33	55	48	93	21
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	26	46	41	93	21
1.3. Servidores com Contratos Temporários	7	9	7		
2. Provimento de Cargo em Comissão	2	6	6	26	6
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2		6	
2.3. Funções Gratificadas	1	4	6	20	6
3. Totais (1+2)	35	61	54	119	27

Fonte:

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	3	32	36	116	59	5
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				3	32	28	112	48	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários						8	4	11	
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	3	9	1	21	2	6
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1		4	2	3
2.3. Funções Gratificadas				3	8	1	17		3
3. Totais (1+2)	0	0	0	6	41	37	137	61	11

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

6.1.3. Custos da manutenção de recursos humanos

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012										
	2011	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-
	2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012										
	2011	9.464.528,12	NA	1.453.075,55							10.917.603,67
	2010	8.910.849,99	NA	6.238.523,80	640.664,00	NA	246.160,66	NA	NA	NA	16.036.198,45
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011	561.681,27	-	45.098,80	NA	NA	NA	68.185,68	NA	NA	674.965,75
	2010	475.796,79	NA	47.070,25	NA	NA	NA	47.070,25	NA	NA	569.937,29
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012										
	2011	29.622,52	NA	2.630,05	2.357,76	NA	3.492,00	1.230,91	NA	NA	341.272,62
	2010	271.091,73	NA	25.322,20	5.525,45	NA	NA	NA	NA	NA	1.128.748,95
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										
	2011	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-
	2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012										
	2011	106.354,78	NA	23.874,12	3.924,68	NA	NA	NA	NA	NA	134.153,58
	2010	101.553,84	NA	21.504,86	2.824,26	NA	NA	NA	NA	NA	125.882,96

Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012										
	2011	132.423,54	181.538,79	159.721,95	118.695,28	NA	128.752,16	NA	NA	NA	721.131,72
	2010	129.751,44	165.661,68	156.900,45	114.495,19	NA	125.965,56	NA	NA	NA	692.774,32

Fonte:

6.1.4. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	376	13
1.1 Voluntária	336	13
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	39	
1.4 Outras	1	
2. Proporcional	34	1
2.1 Voluntária	28	
2.2 Compulsória	3	1
2.3 Invalidez Permanente	3	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	410	14

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – DEPA/INES

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	156	8
1.1. Integral	149	8
1.2. Proporcional	7	
2. Em Atividade	30	
3. Total (1+2)	186	8

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – DEPA/INES

6.1.5. Providência em caso de acumulação (art. 37, CF)

Em 2012, não houve nenhum caso de acumulação de cargos, funções e empregos públicos nos termos do artigo 37 da Constituição.

6.1.6. Providência em caso de acumulação (art. 133 da Lei 8.112/90)

Em 2012, não houve nenhum caso de acumulação de cargos, funções e empregos públicos nos termos do artigo 133 da Lei 8.112, de 1990.

6.1.7. Atos sujeitos a providências conforme IN TCU 55/2007

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	03	47	0	47
Concessão de aposentadoria	14	05	06	09
Concessão de pensão civil	03	17	0	17
Concessão de pensão especial a ex-combatente	---	---	---	---
Concessão de reforma	---	---	---	---
Concessão de pensão militar	---	---	---	---
Alteração do fundamento legal de ato concessório	---	---	---	---
Totais	20	69	6	73

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	14	25	10	25
Cancelamento de concessão	---	---	---	---
Cancelamento de desligamento	---	---	---	---
Totais	14	25	10	25

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias

Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	---	---	---	---
Concessão de aposentadoria	---	---	---	02
Concessão de pensão civil	---	---	---	---
Concessão de pensão especial a ex-combatente	---	---	---	---
Concessão de reforma	---	---	---	---
Concessão de pensão militar	---	---	---	---
Alteração do fundamento legal de ato concessório	---	---	---	---
Total	0	0	0	02
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	---	---	---	10
Cancelamento de concessão	---	---	---	---
Cancelamento de desligamento	---	---	---	---
Total	0	0	0	0

Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias				
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais	0	0	0	0

6.1.8. Atuação do OCI sobre atos submetidos a registro

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	---	---	---	---
Concessão de aposentadoria	---	---	---	---
Concessão de pensão civil	---	---	---	---

Concessão de pensão especial a ex-combatente	---	---	---	---
Concessão de reforma	---	---	---	---
Concessão de pensão militar	---	---	---	---
Alteração do fundamento legal de ato concessório	---	---	---	---
Totais	0	0	0	0

6.1.9. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

1. Relação entre número de servidores técnico-administrativos terceirizados e total de servidores dessa categoria no Instituto

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo prover os cargos da área técnico-administrativa por meio de concurso público, inclusive em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados, e também em observância aos princípios da economicidade, do fortalecimento da memória institucional e da qualidade dos serviços prestados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de servidores terceirizados em relação ao corpo técnico-administrativo do Instituto.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos terceirizados dividido pelo número total de servidores da área técnico-administrativa.

Resultados: Ao final de 2012, havia 126 (cento e vinte e seis) técnicos administrativos, dos quais 10 (dez) eram terceirizados e os demais efetivos. Equação: $10 / 126 = 0,08$.

Análise crítica:

O resultado de apenas 8% de participação de terceirizados em relação ao quadro foi obtido após esforços de obter autorização para Concursos Públicos, coroados com o lançamento de edital em dezembro de 2012. Mais cargos e autorizações são aguardados para 2013 / 2014, como desdobramento da Lei 12.677, de 2012.

2. Taxa de prontidão bilíngue do corpo técnico-administrativo do INES

Objetivo: aferir em que medida os servidores da área técnico-administrativa do INES de nível médio e superior têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de servidores técnico-administrativos habilitados à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos do INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de servidores técnico-administrativos do Instituto.

Observação: Em 2013, serão criados instrumentos para levantamento de dados nesse Indicador. O ingresso de significativo número de servidores surdos no Concurso Público lançado em dezembro de 2012 motivará um esforço de capacitação em Libras.

3. Índice de titulação do corpo técnico-administrativo do INES

Objetivo: mapear o grau de titulação do corpo técnico-administrativo para orientar ações relativas ao apoio à qualificação na perspectiva da melhoria de seu desempenho profissional e do consequente aperfeiçoamento da gestão institucional e do atendimento às pessoas surdas.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo técnico-administrativo do CAP INES.

Equação básica: índice de titulação do corpo técnico-administrativo é igual a $G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$ dividido por $G + A + E + M + D$, onde G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

Observação: Em 2013, será feito um levantamento detalhado, inclusive para nortear a implementação do Plano Anual de Capacitação de Servidores do INES.

4. Taxa de capacitação de servidores públicos federais em exercício no INES em processos de qualificação e requalificação

Objetivo: aferir em que medida o corpo técnico-administrativo do Instituto vem participando de ações de capacitação, nos termos da Lei 8.112, de 1990 e consoante às diretrizes do Decreto 5.707, de 2006 – que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990 – bem como do Plano Anual de Capacitação do Instituto e seu Programa de Apoio, visando, nos termos desses documentos institucionais, “aprimorar os serviços prestados à sociedade e ao cidadão surdo” e “desenvolver nos servidores as competências necessárias para o alcance dos objetivos institucionais”.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação dos servidores técnico-administrativos em ações de capacitação.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos do INES que participaram plenamente – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de ações de capacitação, dividido pelo número de servidores do corpo técnico-administrativo do Instituto.

Observação: Em 2013, com o início da implementação do Plano Anual de Capacitação de Servidores do INES, além de efetivar medidas de incentivo e apoio, o Instituto deverá criar instrumentos para aferir esse Indicador, uma vez que os dados disponíveis sobre o exercício de 2012 indicam a realização de apenas 40 (quarenta) ações de capacitação com apoio institucional em relação ao total de 276 (duzentos e setenta e seis) servidores efetivos (docentes e técnicos administrativos), o que corresponde a somente 14%.

6.2. Terceirização de mão de obra e estagiários

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Assistente Educacional de LIBRAS	14	23	23	--	14
Intérprete de LIBRAS	25	25	25	--	25
Instrutor de LIBRAS	16	16	16	--	16
Nutricionista	1	1	1	--	1
Coordenador de Suporte	1	1	0	--	--
Analista de Suporte	5	5	2	--	--
Programador	2	2	2	--	--
Analista de Tecnologia	1	1	1	--	--
Analista de Sistemas	1	1	1	--	--
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
<p>Por meio da Portaria MPOG nº 450, de 28/9/2012 (DOU de 19/9/2012), obtivemos autorização para realizar concurso público para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Libras), para o cargo de Tradutor e Intérprete de Libras e para o cargo de Nutricionista, para substituição de trabalhadores terceirizados que desempenhavam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/1997. O Edital nº 09/2012 foi publicado no DOU de 04/12/2012 e a homologação do concurso foi publicada no DOU de 20/3/2013. Os candidatos já estão sendo convocados para nomeação. Em conformidade com a Portaria nº 450/2012, os trabalhadores terceirizados das categorias de Assistente Educacional em Libras, Tradutor e Intérprete de Libras, Instrutor de Libras e Nutricionista foram dispensados em 31/12/2012.</p>					

Fonte: Contratos INES, Portaria MPOG nº 450, de 28/9/2012.

Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
-----	-----	-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----	-----	-----

Em 2012, não houve substituição de terceirizados por meio de concurso público ou provimento adicional. Apenas no final do ano (dezembro) pôde ser lançado Edital de Concurso Público.

Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
Instituto Nacional Educação de Surdos	Port. MPOG nº 450	18/09/2012	96
	Port. MEC nº 1.318	26/09/2012	
	Port. MEC nº 243	03/03/2011	

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – DEPA/INES

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS													
UG/Gestão: 152005/00001						CNPJ: 00.394.445/0273-01							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	Nº 13/2011	29.000.841/0001-80	17/02/2012	17/02/2013	2	27					P
2009	V	O	Nº 11/2009	03.372.304/0001-78	30/04/2009	30/04/2013	3	32					P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS														
UG/Gestão: 152005/00001							CNPJ: 00.394.445/0273-01							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	14	O	Nº 22/2008	04.075.315/0001-59	26/06/2008	25/05/2012	18	18						E
2009	3	O	Nº 11/2009	03.372.304/0001-78	30/04/2009	30/04/2012	32	32						P
2009	14	O	Nº 34/2009	04.075.315/0001-59	05/08/2009	04/08/2012			25	25				E
2009	14	O	Nº 37/2009	04.075.315/0001-59	01/10/2009	30/09/2012			25	25				E
2010	14	O	Nº 25/2010	04.075.315/0001-59	02/07/2010	02/07/2012			16	16				E
2010	4	O	Nº 26/2010	04.057.771/0001-76	02/07/2010	02/07/2012	5	5						P
2011	1	O	Nº 13/2011	29.000.841/0001-80	17/02/2011	17/02/2012	27	27						P
2011	14	O	Nº 14/2011	06.098.311/0001-11	01/03/2011	01/03/2012	3	2						P
2011	7	O	Nº 15/2011	04.075.315/0001-59	01/03/2011	01/03/2012			7	7				E
2011	1	O	Nº 22/2011	07.710.046/0001-43	31/05/2011	31/05/2012	7	7						P
2011	5	O	Nº 31/2011	58.069.360/0001-20	26/07/2011	26/07/2012			6	6				P
2011	5	E	Nº 47/2011	58.069.360/0001-20	01/11/2011	01/03/2012			2	2	2	2		E
2012	14	O	Nº 11/2012	09186082/0001-85	28/05/2012	27/05/2013	17	17						A
2012	5	O	Nº 12/2012	32185480/0001-07	25/06/2012	24/06/2013					1	1		A
2012	5	O	Nº 13/2012	32203135/0001-40	25/06/2012	24/06/2013					3	3		A
2012	14	O	Nº. 08/2012	27815174/0001-69	06/03/2012	05/03/2013			5	5				P
Observações:														
LEGENDA														
Área:				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
1. Conservação e Limpeza;				8. Reprografia;										

2. Segurança;	9. Telecomunicações;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
3. Vigilância;	10. Manutenção de bens móveis	
4. Transportes;	11. Manutenção de bens imóveis	
5. Informática;	12. Brigadistas	
6. Copeiragem;	13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	
7. Recepção;	14. Outras	

7. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário

7.1. Frota de veículos

7.2. Patrimônio imobiliário

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF Rio de Janeiro	Σ	Σ
	Rio de Janeiro	9	1
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		9	1
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		9	1

Fonte: SPIUnet

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
152005	6001 00390.500-5	21	3	120.429.991,00	14/01/2005	173.735.968,71		

152005	6001 03032.500-6	Locação para terceiros	3	-	18/01/2013	218.962,73		
152005	6001 04260.500-9	Locação para terceiros	3	-	18/01/2013	382.820,02		
152005	6001 04666.500-6	Em regularização - outros	3	-	18/01/2013	221.904,93		
152005	6001 04667.500-1	Em regularização - outros	3	-	18/01/2013	428.133,88		
152005	6001 04668.500-7	Em regularização - outros	3	-	18/01/2013	181.710,02		
152005	6001 04669.500-2	Em regularização - outros	3	-	18/01/2013	181.710,02		
152005	6001 04670.500-8	Em regularização - outros	3	-	18/01/2013	250.362,86		
152005	6001 04671.500-3	Em regularização - outros	3	-	18/01/2013	246.423,86		
Total: 175.847.997,03							-	-
Fonte: SPIUnet								

8. Gestão da tecnologia da informação e do conhecimento

Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.

	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes	

processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(3)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
<p>* Em dezembro de 2012 foi lançado Concurso Público que incluiu o provimento de 3 vagas de Analista de Tecnologia da Informação. Outras vagas deverão surgir em 2013, devido à necessidade desses profissionais também para que seja viabilizada a participação do INES no Programa Viver sem Limite, da Presidência da República, que prevê a realização de curso de graduação na modalidade EAD.</p> <p>* A Portaria INES nº 150, de 5 de junho de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 6/2012, designou servidores efetivos e qualificados para a composição da Comissão Responsável pela Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do INES.</p> <p>* Em 2012, foi apresentado o novo Portal do INES na internet, e vêm sendo construídas adaptações para observância dos critérios de acessibilidade, bem como da Lei de Acesso à Informação.</p> <p>* Parceria INES - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa/RNP e Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa / RedeComep viabilizou um novo link de Internet com velocidade de 1 Gbps (o anterior era de 6Mbps), em fase de validação a partir de janeiro de 2013. Essa parceria potencializará a utilização e acessibilidade do portal INES – que veicula conteúdos em vídeo para pessoas surdas – bem como a realização de cursos a distância para o Brasil.</p>	

Análise crítica:**9. Gestão do uso de recursos renováveis e sustentabilidade ambiental**

9.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental

Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012**Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim (X)		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					

9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.						X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.						X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X					
Considerações Gerais: Algumas iniciativas foram implementadas em relação a Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, como por exemplo a aquisição de materiais biodegradáveis e aquisição de veículo elétrico leve para transporte interno de alunos com sérias limitações de locomoção. No entanto, deva ser registrado que os indicadores relativos à temática analisada precisam ser aprimorados. As respostas acima foram fornecidas pelo Departamento de Planejamento e Administração.						
LEGENDA						
Níveis de Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

9.2.Redução de consumo de papel, energia elétrica e água

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
---	---			---		
---	---			---		
---	---			---		
---	---			---		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel						
Água	43.993	45.926	44.067	458.318,09	472.000,00	419.748,52

Energia Elétrica	697.300	697.600	838.600	338.773,49	318.137,68	356.335,71
			Total	797.091,58	790.137,68	776.084,23

Análise crítica:

Quanto ao consumo de água, alcançamos uma pequena redução no quantitativo apurado, observando:

- a manutenção das instalações de água, a fim de corrigir eventuais vazamentos;
- a projeção de obras de restauração ou reparo do conjunto arquitetônico do INES considera sempre a preservação dos recursos naturais na especificação dos itens a serem adquiridos, observadas as extensas dimensões e as antigas edificações do Instituto, tombado pelo Patrimônio Estadual (torneiras, descargas, etc.);
- o aprimoramento contínuo da execução dos serviços de limpeza e conservação das instalações prediais;
- o trabalho permanente de conscientização e motivação atitudinal de servidores e alunos.

No tocante ao consumo de energia elétrica, atingimos uma pequena redução no quantitativo apurado, observando:

- uma grande revisão e restauração das instalações elétricas do INES, cujo parque de equipamentos se expandiu enormemente ao longo dos últimos anos, desenvolveram-se durante o ano de 2012 e será concluída no exercício de 2013, o que contribuirá substancialmente para a segurança e para a economicidade da Instituição;
- a aquisição de equipamentos que demandam a utilização de energia elétrica tem observado as especificações que indicam a economia de energia – como o Selo Procel;
- a utilização do modo de economia de energia nos computadores e estações de trabalho;
- a verificação diária de desligamento dos equipamentos e interruptores na saída dos respectivos recintos de trabalho.

10. Conformidades e tratamentos de disposições legais e normativas

10.1. Atendimento a deliberações (TCU e CGU)

Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício n.º 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252

Descrição da Deliberação					
Providenciar a regularização dos imóveis ocupados atualmente por pessoas estranhas ao quadro funcional do Instituto, buscando, se necessário, a ação do Ministério da Educação solicitada no Ofício INES nº 07243/2008-34 e outros posteriores porventura emitidos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
Todos os imóveis 08 chamados "funcionais" já se encontram devidamente cadastrados no SPIUNET. Destes, 04 estão ocupados por servidores na ativa, com autorização da Direção Geral do Instituto, conforme termos de compromisso. Com relação a estes, o ofício nº. 078/2013 foi enviado à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação desta documentação e se há ainda alguma providência a ser adotada no sentido da regularização. Três imóveis encontram-se irregularmente ocupados por familiares de servidores já falecidos. Em vista disso, foi enviado o ofício nº. 015/2013 para a Procuradoria Regional da União solicitando providências no sentido de obter a reintegração da posse dos mesmos. O oitavo e último imóvel encontra-se desocupado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Imóveis cadastrados no SPIUNET. Ofício para a GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da documentação e ofício para a PRU solicitando providências para reintegração de imóveis irregularmente ocupados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como ponto negativo, cabe ressaltar a dificuldade em coletar e analisar a documentação relativa à história do imóvel ocupado pelo Instituto. Como ponto positivo, salientamos o estreitamento do relacionamento com a GRPU/RJ, o que tem contribuído para o esclarecimento e orientação na tomada de providências.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.7.2	DE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro, no sentido de regularizar o cadastro no SPIUNET dos imóveis pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES referentes às 6 casas não cadastradas nº 02, 06, 08, 10, 12 e 16.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
Todos os imóveis 08 chamados "funcionais" já se encontram devidamente cadastrados no SPIUNET.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Imóveis cadastrados no SPIUNET.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como ponto negativo, cabe ressaltar a dificuldade em coletar e analisar a documentação relativa à história do imóvel ocupado pelo Instituto. Como ponto positivo, salientamos o estreitamento do relacionamento com a GRPU/RJ, o que tem contribuído para o esclarecimento e orientação na tomada de providências.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.7.3	DE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Providenciar a transferência, no Sistema SPIUNET e outros cabíveis, de duas casas funcionais, nº 04 e 14, erroneamente cadastrados na gestão da Gerência Regional do Patrimônio da União no Rio de Janeiro – GRPU/RJ, embora pertençam ao conjunto arquitetônico do INES.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
Todos os imóveis 08 chamados "funcionais" já se encontram devidamente cadastrados no SPIUNET.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Imóveis cadastrados no SPIUNET.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como ponto negativo, cabe ressaltar a dificuldade em coletar e analisar a documentação relativa à história do imóvel ocupado pelo Instituto. Como ponto positivo, salientamos o estreitamento do relacionamento com a GRPU/RJ, o que tem contribuído para o esclarecimento e orientação na tomada de providências.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.7.4	DE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Providenciar a atualização do valor do imóvel principal do Instituto, RIP 6001.02666.500-0, cuja data de validade expirou em 14/01/2007.					
Providências Adotadas					

Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
O valor do imóvel principal do Instituto, RIP 6001.02666.500-0, foi atualizado no SPIUNET, de R\$ 120.429.991,00 para R\$ 175.847.997,03, com base no índice IPCA, conforme orientação da Gerência Regional do Patrimônio da União/RJ.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O valor do imóvel principal do Instituto, RIP 6001.02666.500-0, foi atualizado no SPIUNET, de R\$ 120.429.991,00 para R\$ 175.847.997,03, com base no índice IPCA, conforme orientação da Gerência Regional do Patrimônio da União/RJ.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como ponto positivo, salientamos o estreitamento do relacionamento com a GRPU/RJ, o que tem contribuído para o esclarecimento e orientação na tomada de providências.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.7.5	DE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Realizar o inventário de bens móveis e imóveis do Instituto, com a periodicidade e mecanismos estabelecidos por toda a legislação pertinente, por meio de Comissões formalmente designadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
Foi realizado o levantamento patrimonial do INES, bens móveis e imóveis, cujo banco de dados encontra-se em fase de depuração e conciliação físico-contábil. Está em avaliação na Divisão de Informática o sistema SIGA-ADM, cuja implementação visará o aprimoramento da gestão e do controle dos bens patrimoniais do Instituto.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Obtenção do levantamento patrimonial do INES, bens móveis e imóveis, para estruturação de banco de dados, que se encontra em fase de depuração e conciliação físico-contábil. Está em avaliação na Divisão de Informática o sistema SIGA-ADM, cuja implementação visará o aprimoramento da gestão e do controle dos bens patrimoniais do Instituto.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como ponto negativo, salientamos a necessidade de ampliação da força de trabalho dedicada ao gerenciamento do patrimônio da Instituição, bem como de capacitação de profissionais para atuação nessa área.					
Deliberações do TCU					

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.7.6	DE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Providenciar a substituição do pessoal terceirizado responsável pelas atividades ligadas ao ensino, disseminação e aplicação da Língua Brasileira de Sinais – Libras, cuja inserção na carreira de Professor da Educação Básica Federal já se dá desde 2005, com o Decreto nº 5.626/2005.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
Solicitamos autorização para realização de concurso e remanejamento de vagas para os cargos de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Libras), Tradutor e Intérprete de Libras e Nutricionista, que desempenhavam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/97.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Por meio da Portaria MPOG nº 450, de 28/9/2012 (DOU de 19/9/2012), obtivemos autorização para realizar concurso público para as aludidas categorias, dentre outras. O Edital nº 09/2012 foi publicado no DOU de 04/12/2012 e a homologação do concurso foi publicada no DOU de 20/3/2013. Os candidatos já estão sendo convocados para nomeação. Em conformidade com a Portaria nº 450/2012, os trabalhadores terceirizados listados acima foram dispensados em 31/12/2012.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como ponto positivo, destacamos parte da recomposição do quadro de pessoal do INES, por meio de provimento efetivo. Como ponto negativo, salientamos que não obtivemos candidatos aprovados em número suficiente para o provimento de todas as vagas de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Libras).					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.7.7	DE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Efetuar o devido planejamento anual de cursos de capacitação de seu pessoal, evitando a realização de cursos em outras cidades, que estejam disponíveis no Rio de Janeiro, evitando gastos desnecessários e atentando para o estrito cumprimento do Decreto nº 5707/2006 e da Portaria MPOG nº 208/2006 ou outros mecanismos legais e normativos correlatos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
Em 2012, foi discutido coletivamente, elaborado, aprovado em Conselho Diretor e publicado – Portaria 308, de 30 de novembro de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 11/2012 – o Plano Anual de Capacitação do INES e seu respectivo Programa de Apoio à Capacitação de Servidores. No início de 2013 foi constituída a Comissão responsável, que já começa a receber demandas de apoio da parte de servidores.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Em 2012, foi discutido coletivamente, elaborado, aprovado em Conselho Diretor e publicado – Portaria 308, de 30 de novembro de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 11/2012 – o Plano Anual de Capacitação do INES e seu respectivo Programa de Apoio à Capacitação de Servidores. No início de 2013 foi constituída a Comissão responsável, que já começa a receber demandas de apoio da parte de servidores. Não obstante, ao longo do exercício de 2012, as ações de capacitação realizadas observaram fielmente a determinação em pauta.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como ponto positivo, destacamos que esse planejamento possibilitará o adequado mapeamento das demandas dos profissionais do INES por capacitação a fim de assegurar o aprimoramento das competências institucionais.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.8	RE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Dar ciência ao Instituto Nacional de Educação de Surdos de que, por meio de dispensa de licitação, ocorreu a contratação indevida de pessoal para atividades da área-fim da instituição, especificamente cinco professores e pedagogos, contratação essa que deveria ser feita por concurso público ou, excepcionalmente, sob a égide da contratação temporária regida pela Lei nº 8.745/1993.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
Ciente da ocorrência, a Instituição se absteve de contratar pessoal por dispensa de licitação e solicitou autorização para realizar concurso público ao Ministério da Educação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Há previsão de autorização para realização de concurso público para o exercício de 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como ponto positivo, destacamos que estamos promovendo as gestões necessárias junto ao Ministério da Educação para obter a autorização para realizar concurso público, considerando, como ponto negativo, o expressivo número de profissionais que já cumpriram ou cumprirão os requisitos para aposentadoria voluntária nos próximos cinco anos.					
Deliberações do TCU					

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.9.1	RE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Envidar esforços para o aprimoramento técnico de seus indicadores de gestão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
Elaboramos novos indicadores de desempenho da gestão, com base no Plano Plurianual 2012-2015 e no Plano de Desenvolvimento Institucional do INES 2012-2016, que já compõem este relatório alusivo ao exercício de 2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A aplicação dos novos indicadores de desempenho da gestão suscitou a necessidade de capacitação de profissionais da Instituição e de aprimoramento de alguns processos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como ponto positivo, destacamos que a implementação dos novos indicadores de desempenho da gestão formulados contribuirá sensivelmente para os processos de gerenciamento institucional e de tomada de decisões.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.9.2	RE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Utilizar, efetivamente, esses indicadores de gestão em seus processos gerenciais de tomada de decisões.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
Elaboramos novos indicadores de desempenho da gestão, com base no Plano Plurianual 2012-2015 e no Plano de Desenvolvimento Institucional do INES 2012-2016, que já compõem este relatório alusivo ao exercício de 2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

A aplicação dos novos indicadores de desempenho da gestão suscitou a necessidade de capacitação de profissionais da Instituição e de aprimoramento de alguns processos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como ponto positivo, destacamos que a implementação dos novos indicadores de desempenho da gestão formulados contribuirá sensivelmente para os processos de gerenciamento institucional e de tomada de decisões.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.9.3	RE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Agregar valores de sustentabilidade ambiental aos programas internos de capacitação, mobilização e motivação dos servidores.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
Em 2012, foi discutido coletivamente, elaborado, aprovado em Conselho Diretor e publicado – Portaria 308, de 30 de novembro de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 11/2012 – o Plano Anual de Capacitação do INES e seu respectivo Programa de Apoio à Capacitação de Servidores. No início de 2013 foi constituída a Comissão responsável, que já começa a receber demandas de apoio da parte de servidores.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Em 2012, foi discutido coletivamente, elaborado, aprovado em Conselho Diretor e publicado – Portaria 308, de 30 de novembro de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 11/2012 – o Plano Anual de Capacitação do INES e seu respectivo Programa de Apoio à Capacitação de Servidores. No início de 2013 foi constituída a Comissão responsável, que já começa a receber demandas de apoio da parte de servidores. Não obstante, ao longo do exercício de 2012, as ações de capacitação realizadas observaram fielmente a determinação em pauta.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como ponto positivo, destacamos que esse planejamento possibilitará o adequado mapeamento das demandas dos profissionais do INES por capacitação a fim de assegurar o aprimoramento das competências institucionais.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.9.4	RE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Efetuar, com a devida tempestividade e com efetivo planejamento, estudos que visem ao correto preenchimento de vagas em seus quadros de pessoal docente e técnico-administrativo, incluindo previsão de afastamentos, evitando carências que levem a procedimentos irregulares, buscando, se necessário, o apoio ministerial cabível.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção Geral e Departamentos					
Síntese da Providência Adotada					
Promovemos estudos sobre a necessidade de preenchimento de vagas por meio de concurso público, a fim de solicitar a respectiva autorização, e as demandas têm sido encaminhadas anualmente ao Ministério da Educação. Promovemos gestões junto à Secretaria de Educação Superior e à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica neste sentido. No tocante à previsão de afastamento de professores, temos observado fielmente o cumprimento do disposto na Lei nº 8.745/1993, em articulação com as aludidas Secretarias do Ministério da Educação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As gestões junto à Secretaria de Educação Superior e à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica neste sentido tem possibilitado o atendimento às demandas do INES, especialmente, por professores, em observância à Lei nº 8.745/1993, até que o concurso público para provimento de cargos em caráter efetivo seja autorizado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como ponto positivo, salientamos o estreitamento do relacionamento com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e a Secretaria de Educação Superior, o que tem contribuído para o encaminhamento e para o atendimento das demandas.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.9.5	RE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Envidar esforços para a implantação de um setor de Auditoria Interna no Instituto, que seja responsável por ações atualmente deficientes, como controle, monitoramento, avaliação de riscos e gestão da Ética, tal como detectado no Relatório Anual de Auditoria de 2010, elaborado pela Controladoria-Geral da União.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
A partir da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos novos indicadores de desempenho da gestão, em conformidade com o Plano Plurianual 2012-2015, respectivamente nos anos					

de 2011 e 2012, envidaremos esforços para a implantação de um setor de Auditoria Interna no INES, que será dimensionado a partir de 2013, quando serão iniciados os estudos para discussão e aprovação de um novo Regimento Interno para o Instituto, considerada ainda a expansão de suas atividades.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos novos indicadores de desempenho da gestão, em conformidade com o Plano Plurianual 2012-2015, respectivamente nos anos de 2011 e 2012, demanda a implantação de um setor de Auditoria Interna no INES, que será dimensionado a partir de 2013, quando serão iniciados os estudos para discussão e aprovação de um novo Regimento Interno para o Instituto, considerada ainda a expansão de suas atividades.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como ponto positivo, destacamos que a estruturação desse serviço assim como o redimensionamento da composição regimental do INES possibilitarão um melhor gerenciamento da Instituição, a melhoria dos processos e a atualização das competências formalmente estabelecidas nos normativos vigentes.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.9.6	RE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Buscar o reforço da atuação da área de Tecnologia da Informação do Instituto, com contratação de pessoal especializado por meio de concursos públicos, capacitação do pessoal já alocado a essa área, implantação dos Planos Estratégico de Tecnologia de Informação e de Segurança da Informação e também busca de orientação ministerial para alinhamento a políticas unificadas no setor.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
Por meio da Portaria MPOG nº 450, de 28/9/2012 (DOU de 19/9/2012), obtivemos autorização para realizar concurso público para provimento de 3 cargos de Analista de Tecnologia da Informação. O Edital nº 09/2012 foi publicado no DOU de 04/12/2012 e a homologação do concurso foi publicada no DOU de 20/3/2013. Os candidatos já estão sendo convocados para nomeação. Permanecemos articulando com o Ministério da Educação a ampliação desse quadro técnico.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A nomeação de 3 técnicos da área de Tecnologia da Informação possibilitará o início da composição do quadro de pessoal da área no Instituto e a implantação efetiva dos Planos Estratégicos de Tecnologia de Informação e de Segurança da Informação. Além disso, temos investido na capacitação de profissionais do quadro do INES que já atuam nesse campo, a fim de aprimorar o desenvolvimento de suas competências individuais.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como ponto negativo, destacamos que a ausência de quadro de pessoal técnico da área de Tecnologia da Informação prejudica o desenvolvimento de atividades institucionais.					

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Nota explicativa: Não há pendências em relação a deliberações do TCU.

10.2. Tratamento de recomendações (CGU)

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

1	201108900	Constatação 07 – Recomendação 001	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
Adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro no sentido de regularizar o cadastro no SPIUNET dos imóveis pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES referentes as 6 casas não cadastradas nº 02, 06, 08, 10, 12 e 16.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
O cadastro dos imóveis citados no SPIUNET já se encontra regularizado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O cadastro dos imóveis citados no SPIUNET já se encontra regularizado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como ponto positivo, salientamos o estreitamento do relacionamento com a GRPU/RJ, o que tem contribuído para o esclarecimento e orientação na tomada de providências.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108900	Constatação 07 – Recomendação 002	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
Envidar esforços junto à Gerência Regional de Patrimônio da União - GRPU/RJ com intuito de transferir os dois imóveis (casas 04 e 14) cadastrados erroneamente naquela UG para a do INES.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
A transferência de UG no SPIUNET dos citados imóveis já foi realizada.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A transferência de UG no SPIUNET dos citados imóveis já foi realizada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como ponto positivo, salientamos o estreitamento do relacionamento com a GRPU/RJ, o que tem contribuído para o esclarecimento e orientação na tomada de providências.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

3	201108900	Constatação 07 – Recomendação 003	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
Considerando o exposto no processo 007247/2008-34 e na Orientação Normativa GEAPN nº. 03/2001. adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro com intuito de obter parecer circunstanciado sobre a possibilidade dos imóveis (oito casas), hoje ocupados de forma irregular, terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Informamos que foram cadastradas no SPIUnet as 06 (seis) casas de nº 02, 06, 08, 10, 12 e 16, pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES e que foi enviado o Ofício nº. 078/2013 solicitando pronunciamento da GRPU/RJ com relação à adequação da documentação já existente e quanto às próximas medidas a serem tomadas no sentido de regularizar o conjunto arquitetônico do Instituto, pré-requisito para a verificação da possibilidade dos imóveis terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Ofício nº 078/2013 enviado à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da atual documentação e outras medidas necessárias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como ponto positivo, salientamos o estreitamento do relacionamento com a GRPU/RJ, o que tem contribuído para o esclarecimento e orientação na tomada de providências.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201108900	Constatação 07 – Recomendação nº 004	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
Elaborar rotinas administrativas no sentido de estabelecer mecanismos de controle relacionados à gestão de patrimônio do INES.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Foi realizado o levantamento patrimonial do INES, bens móveis e imóveis, cujo banco de dados encontra-se em fase de depuração e conciliação físico-contábil. Está em avaliação na Divisão de Informática o sistema SIGA-ADM, cuja implementação visará o aprimoramento da gestão e do controle dos bens patrimoniais do Instituto.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Obtenção do levantamento patrimonial do INES, bens móveis e imóveis, para estruturação de banco de dados, que se encontra em fase de depuração e conciliação físico-contábil. Está em avaliação na Divisão de Informática o sistema SIGA-ADM, cuja implementação visará o aprimoramento da gestão e do controle dos bens patrimoniais do Instituto.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como ponto negativo, salientamos a necessidade de ampliação da força de trabalho dedicada ao gerenciamento do patrimônio da Instituição, bem como de capacitação de profissionais para atuação nessa área.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201108900	Constatação 07 – Recomendação nº 005	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
Designar comissão de inventário para elaboração do inventário dos bens móveis e imóveis do INES, em cumprimento à legislação pertinente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Foi realizado o levantamento patrimonial do INES, bens móveis e imóveis, cujo banco de dados encontra-se em fase de depuração e conciliação físico-contábil. Está em avaliação na Divisão de Informática o sistema SIGA-ADM, cuja implementação visará o aprimoramento da gestão e do controle dos bens patrimoniais do Instituto.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Obtenção do levantamento patrimonial do INES, bens móveis e imóveis, para estruturação de banco de dados, que se encontra em fase de depuração e conciliação físico-contábil. Está em avaliação na Divisão de Informática o sistema SIGA-ADM, cuja implementação visará o aprimoramento da gestão e do controle dos bens patrimoniais do Instituto.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como ponto negativo, salientamos a necessidade de ampliação da força de trabalho dedicada ao gerenciamento do patrimônio da Instituição, bem como de capacitação de profissionais para atuação nessa área.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201108900	Constatação 07 – Recomendação nº 006	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
Providenciar a avaliação do imóvel do INES referente ao RIP 6001.02666.500-0, cuja data de validade expirou em 14/01/2007.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
O valor do imóvel principal do Instituto, RIP 6001.02666.500-0, foi atualizado no SPIUNET, de R\$ 120.429.991,00 para R\$ 175.847.997,03, com base no índice IPCA, conforme orientação da Gerência Regional do Patrimônio da União/RJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O valor do imóvel principal do Instituto, RIP 6001.02666.500-0, foi atualizado no SPIUNET, de R\$ 120.429.991,00 para R\$ 175.847.997,03, com base no índice IPCA, conforme orientação da Gerência Regional do Patrimônio da União/RJ.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como ponto positivo, salientamos o estreitamento do relacionamento com a GRPU/RJ, o que tem contribuído para o esclarecimento e orientação na tomada de providências.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201108900	Constatação 018 – Recomendação nº 002	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Instituto Nacional de Educação de Surdos		252	
Descrição da Recomendação			
Aprimorar o planejamento e o gerenciamento das ações de capacitação dos servidores do INES, tendo como base os dispositivos do Decreto nº 5.707/2006 e a Portaria MPOG nº 208/2006 ou outras normas que vierem a tratar da matéria, atentando especialmente para a racionalidade e efetividade dos gastos e para a implementação do Plano Anual de Capacitação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Em 2012, foi discutido coletivamente, elaborado, aprovado em Conselho Diretor e publicado – Portaria 308, de 30 de novembro de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 11/2012 – o Plano Anual de Capacitação do INES e seu respectivo Programa de Apoio à Capacitação de Servidores. No início de 2013 foi constituída a Comissão responsável, que já começa a receber demandas de apoio da parte de servidores.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Em 2012, foi discutido coletivamente, elaborado, aprovado em Conselho Diretor e publicado – Portaria 308, de 30 de novembro de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 11/2012 – o Plano Anual de Capacitação do INES e seu respectivo Programa de Apoio à Capacitação de Servidores. No início de 2013 foi constituída a Comissão responsável, que já começa a receber demandas de apoio da parte de servidores. Não obstante, ao longo do exercício de 2012, as ações de capacitação realizadas observaram fielmente a determinação em pauta.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como ponto positivo, destacamos que esse planejamento possibilitará o adequado mapeamento das demandas dos profissionais do INES por capacitação a fim de assegurar o aprimoramento das competências institucionais.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201108900	Constatação 003 – Recomendação nº 001	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
Aprimorar os indicadores de gestão apresentados com intuito de que estes instrumentos se tornem ferramentas gerenciais efetivas para o INES.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Elaboramos novos indicadores de desempenho da gestão, com base no Plano Plurianual 2012-2015 e no Plano de Desenvolvimento Institucional do INES 2012-2016, que já compõem este relatório alusivo ao exercício de 2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A aplicação dos novos indicadores de desempenho da gestão suscitou a necessidade de capacitação de profissionais da Instituição e de aprimoramento de alguns processos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como ponto positivo, destacamos que a implementação dos novos indicadores de desempenho da gestão formulados contribuirá sensivelmente para os processos de gerenciamento institucional e de tomada de decisões.			

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Justificativa para o seu não Cumprimento
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Nota explicativa: Não há pendências em relação a recomendações do OCI.

10.3. Cumprimento da Lei 8.730/93 – Declarações de Bens e Rendas

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			0
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	230		230
	Entregaram a DBR	156		156
	Não cumpriram a obrigação	72		72
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	46		46
	Entregaram a DBR	46		46
	Não cumpriram a obrigação	4		4

Fonte: A Coordenação de Administração de Recursos Humanos (Departamento de Planejamento e Administração, INES) declarou que os integrantes do Rol de Responsáveis estão em dia com a entrega das Declarações de Bens e Rendas, nos termos da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

10.4. Declaração SIASG – SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, ALVANEI DOS SANTOS VIANA, CPF nº 037.550.507-57, Diretor do Departamento de Planejamento e Administração do Instituto Nacional de Educação de Surdos declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2013.

ALVANEI DOS SANTOS VIANA

CPF nº 037.550.507-57

Diretor do Departamento de Planejamento e Administração/Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

11. Informações contábeis

11.1. Informações sobre adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

O INES aplica os dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, adotando, para todos os fins, as metodologias e taxas em conformidade com a versão atualizada do Manual SIAFI.

11.2. Declaração do contador responsável

Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

QUADRO A.11.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Instituto Nacional de Educação de Surdos	152005
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Ausência do registro mensal da Depreciação de Bens, assim como a falta de envio mensal à Setorial Contábil das informações sobre a consistência entre os saldos contábeis e os saldos apresentados no Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, destinados a subsidiar o registro da conformidade contábil, caso em que compromete a situação patrimonial da unidade.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, regidas pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, não constituem objeto da presente declaração por considerar que tais modalidades de controle não são disponibilizadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.</p>	

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	27/3/2013
Contador Responsável	Núcia Ferreira da Silva	CRC nº	DF010702/O-6

12. Outras informações sobre a gestão

Em 2012, vigoraram as seguintes parcerias de cooperação técnico-científica – nenhuma das quais envolveu transferência ou repasse de recursos:

Nº. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	VIGÊNCIA
Convênio nº2008/0011 Processo: 23080.002108/2008-55	Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC-	Oferta de estágio no INES aos alunos matriculados na Universidade Federal de Santa Catarina, na modalidade à distância.	01/09/2015
Convênio nº 001/2011 Processo: 23121.000044/2011-20	Instituto Nossa Senhora de Lourdes -INOSEL-	Oferta de estágio no Instituto Nossa Senhora de Lourdes aos alunos matriculados no INES.	04/10/2013
Convênio nº002/2011 Processo: 23121.000683/2011-95	Universidade Veiga de Almeida -UVA-	Estágio nas áreas de Nutrição, Pedagogia Licenciatura, Fonoaudiologia, Administração, Ciências Biológicas Licenciatura, História Licenciatura, Letras Português/Inglês, Letras Português/Literatura, Psicologia e Serviço Social.	15/09/2013
Convênio nº 003/2011 Processo: 23121.000684/2011-30	Faculdade CCAA	Estágio nas áreas de Administração, Letras Português/Inglês, Letras Português/Literatura, Letras Português/Espanhol.	12/09/2013
Convênio nº 004/2011	UFRJ	Acordo de Cooperação Técnica: Colaboração mútua, em áreas técnico-científicas e intercâmbio cultural entre o INES e as unidades de ensino, pesquisa e extensão da UFRJ.	18/11/2013
Convênio nº 843/2012	UFF	Estágio nas áreas de Biblioteconomia, Psicologia, Administração, Nutrição, Letras, História, Pedagogia, Física, Serviço Social, Ciências Biológicas, Geografia, História, Ciências Biológicas e Matemática.	25/04/2017
Convênio nº20/2012 Processo: 23102.001846/2012-66	UNIRIO	Estágio nas áreas de Biblioteconomia, Nutrição, licenciatura em Letras, Letras, licenciatura em História, História, Pedagogia, Serviço Social, Ciências Biológicas, licenciatura em Ciências Biológicas e licenciatura em Matemática.	30/04/2017
Convênio nº 16/2012	Secretaria Municipal de	Oferta de estágio não remunerado/ obrigatório, nas escolas públicas municipais do Rio de	24/04/2014

	Educação do Rio de Janeiro -SMERJ-	Janeiro aos alunos de graduação do INES.	
Convênio nº002/2012 Processo 23121.000301/2012-12	UNIABEU	Estágios nas áreas de Serviço Social, Psicologia, História, Letras, Matemática, Pedagogia.	07/08/2014
Convênio nº 29/2012	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro-SMERJ-	Oferta de estágio REMUNERADO nas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro aos alunos matriculados nos INES.	18/05/2014
Não formalizado	Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu-RJ	A Secretaria oferece a possibilidade de estágio curricular obrigatório para alunos de graduação do INES, mediante Termo de Compromisso firmado e Carta de Apresentação emitida pelo INES.	Indefinida
Convênio nº001/2012 Processo: 23079.023018/2012-42	UFRJ	Estágio nas áreas de Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Letras, Biblioteconomia, História, Matemática, Física, Letras-Literatura, Letras-Inglês, Fonoaudiologia, Serviço Social, Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia Administração e Química.	04/05/2017
Convênio nº47/2012 Processo E03/4923/2012	SEERJ	Estágio para alunos de graduação do INES, na área de Gestão.	31/10/2017
Termo de Convênio de Cooperação nº 003/1038/2012, Processo 147.717/2012-TJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Viabilizar programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à prisão.	14/11/2017
Cadastro efetuado em 8 de fevereiro de 2011 junto ao Ministério Público Federal	Tribunal Regional Federal - RJ	Viabilizar programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à prisão.	Indefinida

III. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com base no PDI INES 2012-2016 e nos resultados alcançados até o presente, projetamos o seguinte Plano de Ação para o Biênio 2013-2014:

Políticas Públicas e Relações Institucionais

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
I – Mapear as condições socioeconômicas, epidemiológicas e	* Construir o Mapa Nacional da Surdez e da Pessoa Surda no Brasil, por meio de parcerias;

culturais relacionadas à surdez no Brasil;	
II – Participar da formulação e execução das políticas nacionais de educação, em perspectiva bilíngüe (LIBRAS e Português);	* Constituir, no INES, em 2012, uma Câmara Técnica de Políticas Públicas e Surdez, para promover a análise, o debate e a formulação de proposições em políticas e legislação;
III – Subsidiar a formulação de políticas públicas nacionais no âmbito de sua competência na área da surdez;	
IV- Promover e apoiar políticas linguísticas que contribuam para a valorização e difusão da LIBRAS.	* Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos presenciais de LIBRAS no INES; * Realizar anualmente, até 2015, o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em LIBRAS – Pró-LIBRAS.
V – Promover e apoiar políticas e ações que viabilizem o letramento, em Língua Portuguesa, de alunos surdos;	* Criar um Grupo de Estudo dedicado ao tema da aquisição da língua portuguesa pelo aluno surdo;
VI – Fortalecer a referencialidade do Instituto na produção de conhecimento na área da Surdez	* Instituir um Comitê de Ética em Pesquisa.
VII – Definir uma agenda de relações institucionais.	* Mapear instituições locais, nacionais e internacionais com as quais o INES mantém ou poderá criar intercâmbio e colaboração, bem como temas estratégicos para tais laços.

Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
VIII- Promover a formação inicial, a qualificação e a educação continuada em perspectiva bilíngüe, para surdos e não-surdos.	* Matricular anualmente 60 novos alunos no Curso Bilíngüe de Graduação em Pedagogia; * Realizar Concurso Público para Magistério Superior; * Ampliar o quadro de Intérpretes; * Realizar Concurso Público para Técnico Administrativo; * Manter oferta de curso de Pós <i>Lato Sensu</i> e construir, a partir de 2014, curso de Pós <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado); * Ampliar o espaço para atividades letivas do Ensino Superior; * Construir uma política de acompanhamento de egressos; * Promover anualmente a realização da Semana Pedagógica.
IX - Promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas no escopo de sua missão;	* Criar Coordenação de Pesquisa e de Extensão;
X – Desenvolver a extensão aberta à participação da população.	* Ampliar o leque de cursos de extensão ofertados à comunidade.

Educação Básica: Colégio de Aplicação

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
XI - Promover a escolarização básica de alunos surdos;	* Ampliar a prontidão docente para educação bilíngüe, fortalecendo competências em LIBRAS; * Criar um espaço de convivência em LIBRAS; * Realizar Concurso Público para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; * Definir abordagem sobre aquisição de Línguas Estrangeiras escritas (Espanhol, Inglês); * Reorganizar a equipe e a sistemática de trabalho da Coordenação Pedagógica;

	<ul style="list-style-type: none"> * Matricular anualmente 500 (quinhentos) alunos; * Implementar a participação de alunos surdos e surdos da comunidade no Pronatec / Viver sem Limite; * Criar e efetivar um programa de apoio à transição para o trabalho da pessoa surda a partir de 2012, em parceria com o MTE, composto de manual de legislação; manual de boas práticas; vídeo orientador para empresas; cadastro informatizado de pessoas surdas e de empresas acessíveis; cursos de preparação para o trabalho (presenciais e a distância); cursos para profissionais de RH (incluindo LIBRAS); * Criar um banco de dados e uma política de gestão da informação sobre o aluno do INES, realizar uma pesquisa sobre causas da evasão escolar e construir uma política de acompanhamento de egressos da Educação Básica; * Estender a disciplina LIBRAS para o Ensino Médio e atividades em LIBRAS para a Educação Infantil; * Ampliar a oferta de curso de LIBRAS aos familiares dos alunos do CAP/INES. * Desenvolver com alunos projetos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação; * Estimular atividades relacionadas à produção artística dos alunos surdos (teatro, cinema, poesia, desenho, pintura, fotografia, etc.).
--	--

Saúde, Surdez e Educação

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
<p>XII - Desenvolver ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas na área da surdez, associadas à construção e difusão de conhecimento;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar continuamente o atendimento à população no campo do diagnóstico de saúde auditiva; * Desenvolver ações, campanhas e materiais de orientação relacionados à surdez e à prevenção; * Criar equipe multidisciplinar (fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, pediatra) de acolhimento, avaliação e orientação à família desde o diagnóstico da surdez; * Promover reforma e nas edificações e instalações que servem ao trabalho em Audiologia / Otorrinolaringologia e ao trabalho em Fonoaudiologia; * Aprimorar a relação entre o diagnóstico, a “fila de espera” e a educação infantil; * Definir política de avaliação dos bebês, incluindo protocolo de atendimento e prazos, e uma proposta pedagógica de educação precoce, com definição dos recursos e profissionais necessários; * Realizar Concurso Público para a área da Saúde; * Fazer com que todos os profissionais da área de Saúde do INES (atuais e novos) realizem Curso de LIBRAS; * Institucionalizar atendimento a pessoas surdas, surdocegas e surdas com múltiplas deficiências no campo da Saúde;

	<ul style="list-style-type: none"> * Criar banco de dados e uma política de gestão da informação em Saúde e Surdez; * Reorganizar fluxo de informação no INES (DIAU, Serviço Social, Secretaria, Serviço Médico, SEDIN), criando-se prontuário eletrônico único com acesso livre pelos setores de Serviço Social, Psicologia, Audiologia, Fonoaudiologia e Médico e restrito por outros segmentos. * Estabelecer parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde para analisar e discutir a logística relativa à ocorrência de diagnóstico de surdez; * Reorganizar a oferta de atendimento clínico em fonoaudiologia, desvinculado da grade curricular, na perspectiva da comunicação oral e escrita do aluno surdo, visando ao seu desenvolvimento global e integração social; * Disseminar o conhecimento na área da surdez; * Formular Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em <i>Saúde, Surdez e Educação</i>; * Estabelecer convênios relacionados a aparelho auditivo e implante coclear; * Contratar empresa para fornecimento regular de moldes e baterias de aparelho auditivo aos alunos; * Construir um curso de Aperfeiçoamento em Audiologia, para graduados em Fonoaudiologia;
XIII - Desenvolver programas de reabilitação para pessoas surdocegas ou surdas com múltiplas deficiências ou condutas típicas;	* Institucionalizar a ação de reabilitação, definindo diretrizes, ampliando e qualificando recursos humanos, adequando instalações, disponibilizando recursos materiais e tecnológicos e estabelecendo parcerias.

Gestão do Conhecimento

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
XIV – Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez;	<ul style="list-style-type: none"> * Aprovar e implementar Política Editorial; * Elaborar e distribuir materiais voltados para as metodologias de ensino de pessoas surdas; * Elaborar glossário de termos técnicos em LIBRAS para o apoio à participação de pessoas surdas nos cursos do Pronatec / Viver sem Limite; * Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.
XV – Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;	<ul style="list-style-type: none"> * Efetivar sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa; * Realizar, anualmente, eventos como os Fóruns <i>Educação, Linguagem e Surdez</i>, os Seminários (incluindo o do Grêmio Estudantil do INES - GINES), Encontros de Pais, etc.
XVI – Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao	* Elaborar, negociar e implantar, em 2013, um projeto-piloto de cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo

<p>atendimento educacional de alunos surdos;</p>	<p>da educação de surdos desde a estimulação precoce e políticas complementares;</p> <ul style="list-style-type: none"> * Realizar parceria com a Prefeitura do Rio para a inserção de crianças na educação infantil municipal e também, no que couber, para a doação de aparelhos auditivos; * Criar, até 2014, sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica; * Ampliar parcerias com Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez para desenvolvimento das políticas;
<p>XVII – Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação, da memória e da difusão cultural;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Construir documento de constituição (missão, objetivos, abrangência do acervo, localização, instalações, corpo funcional, atribuições) que contemple a atual Biblioteca do INES (acervo bibliográfico, documental e audiovisual); as atuais Bibliotecas ou Salas de Leitura de diferentes segmentos da Educação Básica; o atual Museu e o atual Arquivo Morto do Instituto como uma só unidade específica, na forma de <i>Centro de Informação, Memória, Documentação e Difusão Cultural na Área da Surdez</i>; * Obter acesso gratuito ao Portal de Periódicos da Capes, para disponibilizar a alunos, professores, servidores e pesquisadores o amplo e sempre atualizado acesso à literatura acadêmica; * Elaborar em 2012 um Termo de Referência relativo à restauração de itens do acervo de obras e documentos raros, bem como à apresentação e acompanhamento da implementação de diretrizes de conservação desse segmento do acervo, efetivando a licitação e as correspondentes ações até 2013; * Elaborar um Termo de Referência para a construção de edifício próprio da Biblioteca Especializada Monsenhor Vicente Penido Burnier do INES; * Construir e disponibilizar a página do citado Centro na internet, observando-se as normas de acessibilidade; * Construir e implantar uma Biblioteca Digital do INES na internet; * Constituir outros repositórios digitais INES na internet: materiais produzidos pelo INES; trabalhos acadêmicos produzidos pelos discentes da Educação Superior do INES; * Criar Espaço de Memória da Surdez e da Educação de Surdos no Brasil, visando preservar, valorizar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e científico relacionado ao INES e contribuir para a preservação da memória da área da surdez no Brasil; * Ampliar o quadro de profissionais: Bibliotecário; Técnico Administrativo de Nível Médio; Museólogo; Arquivista e Historiador; * Constituir uma Comissão Permanente de Seleção e Aquisição de Acervo; * Implementar o controle de ingresso de usuários.
<p>XVIII - Promover ação comunicativa sobre as potencialidades das pessoas</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar, em articulação com a Comunicação Social do MEC, uma campanha sobre os surdos, com spots televisivos e cartazes para todo o

surdas, visando à sua inclusão social e cidadania;	Brasil.
XIX – Ampliar a difusão de conhecimentos na área da surdez, bem como da LIBRAS, por meio das novas Tecnologias de Informação e Comunicação.	* Ampliar a utilização do Estúdio do INES na elaboração de materiais em LIBRAS.

Gestão Institucional

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
XX – Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.	<ul style="list-style-type: none"> * Implementar o Plano Anual de Capacitação – PAC do INES e seu Programa de Apoio; * Mapear competências relacionadas aos diferentes setores do Instituto; * Diagnosticar o perfil de formação e qualificação da força de trabalho do INES e relacioná-lo às competências; * Propiciar a difusão de conhecimentos relativos à construção de projetos de pesquisa, à Política de Pesquisa da Instituição e aos Grupos e Núcleos de Pesquisa existentes; * Propiciar a difusão de conhecimentos relativos ao planejamento e gestão de cursos e aulas, incluindo especificações de materiais; * Promover palestras e oficinas de planejamento e gestão relativas às ações dos diferentes setores do INES;=
XXI – Promover a Gestão da Sustentabilidade Ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> * Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; à separação de resíduos recicláveis; * Construir documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores; * Fazer levantamento, catalogação e avaliação da biodiversidade do trecho de Mata Atlântica que compõe a área do INES; * Realizar ações de preservação da Mata, e de educação ambiental com alunos e comunidade.
XXII – Estruturar, no INES, a área de Gestão da Tecnologia da Informação.	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar Concurso Público para provimento de vagas relacionadas à área; * Promover mapeamento da TI, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010; * Realizar mapeamento das demandas dos diferentes setores em relação às prioridades da agenda institucional; * Construir um documento de diretrizes da Gestão da Tecnologia da Informação no INES;

	<p>* Elaborar novo Portal INES na internet, observando critérios de acessibilidade.</p>
<p>XXIII – Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações.</p>	<p>* Construir, de modo participativo, um código de ética do servidor do INES;</p> <p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - do bom atendimento ao cidadão; - da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; - da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; - da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral do INES